

MÁRCIA MARIA GRAMKOW

O COLONO DA CANA - ESTUDO SOBRE AS UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIARES DO VALE DO RIO TIJUCAS.

Dissertação de Mestrado apresenta
da no Curso de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Santa Catarina, sob a
orientação da Professora Dra. Ana
maria Beck.

- FLORIANÓPOLIS - 1983

Ao meu companheiro

Kow, agradeço.

*Aos nossos filhos Donald, Daniel
e Gabriela, dedico este trabalho.*

*A Sebastião, Lourdes e Francisca,
a nossa gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento, externamos nossa gratidão a todos aqueles que fizeram parte desse "desafio" e/ou "aventura" vivida no processo de produção deste trabalho, por terem acreditado na autora quando da busca do desfecho de seus ideais.

Inicialmente, destacamos o desempenho que coube ao grupo familiar ao qual integramos, principalmente, na pessoa do companheiro de luta cotidiana, por ter que acumular em diversos momentos os papéis no grupo doméstico, proporcionando-nos as condições para cursar os créditos e efetivar a prática de campo. Tal apoio foi complementado pela nossa auxiliar dos trabalhos domésticos, sem a qual teria sido quase impossível o afastamento por semestres consecutivos para o local (cidade) do curso e da pesquisa.

Aos amigos catarinenses, pela acolhida dada a esta "NORDESTINA" na equipe de professores da UFSC, responsáveis pela formação acadêmica adequada e o despertar para a área do conhecimento antropológico, quando estagiária do Museu de Antropologia.

Pela motivação para a escolha da área de estudo, agradecemos à pessoa do Prof. Orientador Dra. Anamaria Beck.

O nosso reconhecimento estende-se a todos que, direta ou indiretamente, participaram desta jor

nada com seus estímulos e apoio. Aos colegas do Departamento de Filosofia da UFSC, o companheirismo encontrado durante o período de três anos, notadamente nas Professoras Iná M. Campos e Alvaci Nihues.

Aos colegas do curso de Pós-Graduação que, pelo convívio e as discussões, contribuíram para o amadurecimento de questões sociais.

Ressaltamos a presteza encontrada, durante a prática de campo, na Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar de Santa Catarina e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Tijucas e Canelinha. É indescritível o relacionamento alcançado com as famílias dos colonos, que proporcionaram, além da hospedagem, a oportunidade de colocar-nos a par das informações fundamentais sobre a realidade por eles vividas, sem as quais teria sido impossível a concretização dos nossos objetivos.

O desfecho deste trabalho deve-se, em muito, ao decisivo apoio da Professora e amiga Maria Amélia S. Dickie que, ao se colocar à disposição para as sucessivas discussões sobre o encaminhamento desta dissertação, nos permitiu superar as dificuldades de sistematização das idéias elaboradas.

Finalmente, indicamos também a colaboração de Maria José Reis, Neusa Bloemer, Regina Lisboa, Zuleica Lenzi (UFSC), Anita Queiroz Monteiro e Etienne Samain (UFRN), colegas que vivenciaram conjuntamente este desafio.

R E S U M O

Esta dissertação é um estudo sobre as unidades de produção familiares do Vale do Rio Tijuca. Propõe a análise da organização interna de tais unidades e das possíveis alterações ocorridas no processo de substituição da natureza de seu principal produto comercial. Analisa as unidades em dois momentos da trajetória de transformação do capital comercial em capital industrial. Mostra a luta dos colonos para garantir sua reprodução enquanto passam de produtores de açúcar para produtores de matéria-prima (cana) para a indústria local, e as estratégias que têm desenvolvido para assegurar, ao menos, a reprodução parcial da unidade de produção familiar.

A B S T R A C T

This dissertation is a study about family production units in the Rio Tijucas Valley. It proposes an analysis of the internal organization of such units and the possible changes occurred in the process of substitution of the nature of their main commercial product. It analyses the units in two instances of the process of the transformation of commercial into industrial capital. It presents the struggle of the colonos in order to guarantee their reproduction while changing from sugar producers into producers of raw material (sugar cane) for the local sugar industry, and the strategies they have developed to be able to assure, at least, the parcial reproduction of the family labor unit.

SUMÁRIO

Página

Lista de Quadros	3
Lista de Figuras	4
<i>Introdução</i>	
1. O Problema	6
2. A prática de campo	14
<i>I - O Valê do Rio Tijuca</i>	23
1. O município de São Sebastião do Rio Tijuca	29
2. O município de Canelinha	32
3. O município de São João Batista	36
4. Povoamento e/ou formação do Vale do Rio Tijuca e a cultura da cana	40
5. Um breve histórico da exploração da cana no vale tijucano	45
<i>II - Os colonos do Vale</i>	53
1. O acesso à terra	54
2. Os instrumentos de trabalho	60
<i>III - Unidade de residência e Unidade de produção e consumo - a atualidade</i>	65
1. Divisão de trabalho	67
2. A definição dos espaços	73
3. Divisão do tempo agrícola:	
a) Ciclo agrícola do colono do Vale	85
b) Destino da produção da unidade familiar	87

4. O processo de produção atual da lavoura de cana	88
IV - Unidade de produção e consumo - a época dos engenhos	99
V - O nascimento da usina e a morte do engenho	107
VI - Considerações finais	116

Bibliografia

Anexos

LISTA DE QUADROS

Página

Quadro 1 - Estrutura fundiária dos estabelecimentos, segundo o Estado e os municípios da Área de Estudo, 1980	26
Quadro 2 - Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados da lavoura, segundo o Estado e a Área de Estudo	27
Quadro 3 - Evolução do consumo de cana da USATI (em t.)	48
Quadro 4 - Destino da produção da unidade familiar	87

LISTA DAS FIGURAS

	Página
Figura 1 - Estado de Santa Catarina: Microregiões	
Homogêneas	24
Figura 2 - Município de Tijucas	31
Figura 3 - Município de Canelinha	35
Figura 4 - Município de São João Batista	39
Figura 5 - Colono com arado	64
Figura 6 - Filho de colono com trator	64
Figura 7 - Planta baixa da distribuição dos	
espaços	79
Figura 8 - Planta baixa da unidade de residência	80
Figura 9 - Antigo engenho e estufa de fumo	81
Figura 10 - Ordenha (filho)	82
Figura 11 - Limpeza do pasto (filhos)	82
Figura 12 - Horta doméstica	83
Figura 13 - Quintal	83
Figura 14 - Torrefação de café	84
Figura 15 - Ordenha (mãe)	84
Figura 16 - Ano agrícola do colono do Vale	86
Figura 17 - Aspecto do crescimento do primeiro	
plantio de cana	92
Figura 18 - Aspecto da cana (ressoca)	92
Figura 19 - Preparo para corte da cana I	93
Figura 20 - Preparo para corte da cana II	93
Figura 21 - Preparo para corte da cana III	94

Figura 22 - Início do corte de cana (pai e filhos	94
Figura 23 - Corte de cana: arrumação dos feixes	95
Figura 24 - Corte de cana: amarração da cana nos cavaletes	95
Figura 25 - Corte de cana: participação do filho	96
Figura 26 - Corte de cana: "olha da cana" para trato do gado	96
Figura 27 - Corte de cana: molhos de cana	97
Figura 28 - Corte de cana: um dia de trabalho	97
Figura 29 - Carregamento de cana por caminhão I (pai e filhos)	98
Figura 30 - Carregamento de cana para caminhão II (pai e filhos)	98
Figura 31 - Casa de engenho de açúcar	104
Figura 32 - "Tacho de fogo" (em cobre)	104
Figura 33 - Interior da casa de engenho de açúcar (ao fundo atafona)	105
Figura 34 - Colono com concha de catuto ("cuia de caeté")	105
Figura 35 - Instrumentos para o fabrico de açúcar grosso (concha de caeté e espumadeira)	106

INTRODUÇÃO

1. O problema
2. A prática de campo

INTRODUÇÃO

1. O problema

A importância da lavoura canavieira deve-se à variada gama de possibilidades de sua utilização. Reconhecida como planta industrial, ela não somente serve como matéria-prima para produção de um alimento essencial - o açúcar, mas também é princípio de numerosos derivados e subprodutos fundamentais, como o melaço, o álcool, a aguardante, o fermento para panificação, a celulose, a proteína para rações, fertilizantes, etc. (1)

Reconhecida também pelo seu valor de mercado, a lavoura da cana destaca-se por possibilitar alta fonte de renda e de emprego. A ela se atrelam parques industriais, como usinas de açúcar e destilarias de álcool - que têm consumo tanto no setor doméstico quanto no industrial. Além da industrialização da cana, há o seu emprego como forragem para o gado na estação seca, quando declina a produção de outros tipos de forragens verdes. (2)

A maioria dos historiadores econômicos (3) destaca que a cultura da cana-de-açúcar definiu um ciclo econômico no Brasil, que teve início antes de 1550 e seu término em meados do século XVII. A partir dessa época, o cultivo da cana nas colônias antilhanas da Holanda, Inglaterra e França apresentou-se mais lucrativo, tornando-se preferencial, especialmente por sua proximidade da Europa, ocasionando a per

da dos mercados tradicionais do açúcar brasileiro.

O ciclo não se extinguiu repentinamente em 1650, uma vez que a decadência das exportações deu-se ao longo dos 150 anos subsequentes. No entanto, ao final do século XIX, incrementaram-se outra vez as exportações, e a cultura canavieira continuou a sua evolução até princípios do século XX. O açúcar tornou-se expressão definidora dos produtos de exportação do Brasil, adquirindo um grande relevo em sua história econômica, *"indo sua influência além do plano econômico, determinando em boa parte toda a evolução social e política do País"*. (Azevedo: 1958)

Embora as crises econômicas tenham levado à perda de lugar no mercado mundial, continuou o açúcar a ser o produto comercial de maior importância para a agricultura brasileira até fins do século passado, quando se iniciou o ciclo do café.

No período da proclamação da República, o açúcar ainda detinha o terceiro lugar, passando ao sétimo em 1910, quando foi precedido pelo café, borracha, algodão, cacau, fumo e mate. Com a Primeira Grande Guerra retomou o crescimento, assumindo, em 1921, o segundo lugar entre os produtos que formaram a pauta de exportações. Todavia, já nessa fase o mercado interno absorvia a maior parte da produção, que não deixou de crescer.⁽⁴⁾ A perspectiva no mercado externo para o açúcar nos próximos anos, apesar da perda do primeiro lugar nas exportações em 1975, causada pelo decréscimo de sua

produção e da queda de preços no mercado internacional, parece ser a de se fixar como um dos principais produtos de exportação do País, principalmente quando os Planos Governamentais geram as condições para estímulo da produção do álcool, subproduto da transformação da cana - que tem sua utilização como carburante e para outros fins industriais, permitindo uma redução e substituição das importações de petróleo. Hoje, a importância da cana-de-açúcar é acentuada em termos regionais. Os Estados de São Paulo, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro são os que mais produzem no País. Até à década de cinquenta caracterizou-se como atividade tradicionalmente nordestina (devido ao ciclo do açúcar vivido por esta região antes do Centro-Sul assumir a liderança do cultivo), determinando, inclusive, um tipo de estrutura social, política e econômica. Suscitou toda uma literatura acerca da família patriarcal nordestina, da casa grande e senzala, da cultura extensa tipo "*plantation*", e sobre o poder que os coronéis e senhores de engenho e usina detinham.⁽⁵⁾ Mais recentemente, os estudos que foram efetuados abordam as transformações acontecidas no seu processo de industrialização e modernização, bem como a expansão para outras regiões do País.⁽⁶⁾

A lavoura da cana-de-açúcar, em Santa Catarina, desenvolveu-se desde a colonização açoreana, quando era utilizada como forrageira e transformada, em engenhos, no açúcar grosso, cachaça e melado para consumo de seus habitantes. Encontramos registros de comércio de açúcar a ní-

vel regional e sua exportação para o porto do Rio de Janeiro desde 1810.⁽⁷⁾ No entanto, Santa Catarina nunca chegou a se destacar como região açucareira nas proporções assumidas pelo Nordeste e Centro-Sul, não se apresentando também a cultura da cana-de-açúcar como plantação extensiva em grandes propriedades. Na atualidade, a agricultura canavieira no estado catarinense, mais especificamente no Vale do Rio Tijucas, é explorada com certa representatividade⁽⁸⁾ pela pequena propriedade e em regime de trabalho familiar, estando entre outras culturas que o "colono"⁽⁹⁾ explora, visando à comercialização, tais como: o fumo, o arroz e o feijão.

A cultura da cana-de-açúcar é a principal atividade econômica desenvolvida pelo colono do Vale. Esta cultura apresenta vantagens e desvantagens, do ponto de vista do colono. A cana possibilita seu primeiro corte somente após 18 meses do plantio, quando é comercializada. Porém, não exige do colono um cuidado intenso, dando-lhe condições de trabalhar outros produtos concomitantemente, sempre que houver possibilidades. Outra vantagem é a fixação, pelo IAA, do preço que deverá ser pago pelas usinas aos fornecedores de cana para cada safra, garantindo a este a estabilidade de ganhos com sua produção.

Ao lado da cana, o fumo é a atividade produtora alternativa ou complementar para os colonos, como produto comercial. Ele ocupa o solo por um período reduzido (menos de 6 meses), fornece um rendimento imediato à sua co

lheita e proporciona "solo fértil"⁽¹⁰⁾ para o plantio de produtos destinados ao "gasto".⁽¹¹⁾ No entanto, atribui-se à cultura do fumo a causa de problemas pulmonares, devido ao extremo desgaste físico que se verifica durante o seu período de secagem em estufas a lenha, que devem ser mantidas acesas enquanto se dá a secagem. (de 4 a 8 dias cada "estufada"). Outro aspecto negativo do plantio do fumo é a flutuação do preço, uma vez que este depende de uma classificação feita pela própria indústria compradora.

A opção do colono pela cana, pois, está calcada no menor desgaste da força de trabalho e na maior garantia da estabilidade do preço.

É importante salientar que, qualquer que seja sua escolha, o colono será sempre fornecedor de matéria-prima para a indústria.

A atividade fumicultora intensificou-se há cerca de 35 anos, em virtude do estímulo proporcionado por empresas como a Souza Cruz e, posteriormente, a Tabacos Blumenau, que acenaram com maior possibilidade de sua comercialização.

Quanto à cana, essas pequenas propriedades dependem da Agroindústria⁽¹²⁾ para sua comercialização, a qual instalou-se na sede do município de São João Batista durante a década de quarenta (inicialmente denominada Usina Francisca Galloti, mais tarde USATI, Usina Tijucas).

Assim sendo, as unidades familia

res produtoras de cana e fumo são dependentes, quanto à comercialização de seus produtos, das empresas transformadoras dessas matérias-primas. Com o que auferem dessa venda adquirem mercadorias que não são produzidas em suas propriedades (sal, farinha de trigo, pó de café, calçados e vestuário em geral).

Considerando esta preocupação, decidimos estudar como no Vale do Rio Tijuca se verifica a organização interna das unidades de produção familiares e se, por se tornarem fornecedoras de matéria-prima para a Agroindústria, modificam significativamente a organização interna do trabalho. Como ponto de referência para essas mudanças, analisamos também a situação anterior à instalação da Usina, quando as unidades familiares tinham engenhos de açúcar (ou usavam o de seu vizinho), entregando ao mercado local ("vendeiros") o produto acabado. Estas modificações são o ponto central de nosso estudo, que pretende também contribuir para o conhecimento da trajetória do processo de desenvolvimento do capital na área. As unidades familiares de produção permanecem como produtoras independentes, sem se terem constituído em empresas capitalistas, porém seu produto não atinge mais diretamente o mercado consumidor.

O contato com Chayanov estimulou-nos a pensar esse problema. Ele formulou o que chamaremos de conceito de unidade de produção familiar, calcado na realidade de um setor do campesinato russo do fim do século passado. Ele "assinala, como uma das categorias fundamentais para

a compreensão da economia camponesa, o caráter familiar da unidade de trabalho, destacando que a especificidade do cálculo econômico desse tipo de unidade tem como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isto requer. (apud HEREDIA, B. 1979:18)

Queremos verificar se a vinculação dos colonos ao sistema capitalista interfere no seu cálculo econômico e nas suas expectativas de reprodução enquanto colono e, conseqüentemente, se o incentiva a reorganizar o trabalho da unidade familiar.

O estudo das relações sociais existentes na unidade familiar e dos mecanismos de integração à produção social, - importantes como indicadores tanto dos fatores externos que influenciam ao nível da sua organização quanto das transformações do processo de produção, conseqüências da mudança de produto - permite verificar qual espaço lhes soubra para existir e/ou reproduzir-se.

O nosso estudo limitou-se à categoria colono do Vale do Rio Tijucas, fornecedor de cana-de-açúcar para a Usina - sediada no Município de São João Batista, dentro da auto-definição de "O que é ser colono".

"Colono é o cara que trabalha na roça, planta feijão, arroz, cana e tem criação. Mora na colônia e planta para comércio; quando commeça a trabalhar fora, então deixa de ser

colono.

Hoje, a lavoura é cara, sem compensar...

... quem estuda não quer mais estar com as
mãos sujas".

2. A prática de campo

A decisão em estudar os produtores de cana deu-se quando tomamos conhecimento da expansão dessa cultura no Estado, sendo significativo o Vale do Rio Tijucas e a USATI.

Durante as primeiras visitas à área, fomos informados de que a Agroindústria trabalhava, então, não só com a matéria-prima produzida em suas fazendas, mas também se utilizava de cana plantada por pequenos produtores regionais, autodenominados colonos.

O artigo "*O doce Vale da Morte*", publicado pelo jornal "*Afinal*"⁽¹³⁾, descrevendo os problemas advindos da expansão do plantio de cana no vale do Rio Tijucas e chamando atenção sobre a morte, por suicídio, de um lavrador localizado no município de Tijucas após ter vendido suas terras para a Usina em 1975, além de comentar o uso, no corte da cana, de "*bóias frias*" nas fazendas da Agroindústria,⁽¹⁴⁾ nos confirmou a importância de uma proposta de estudo que permitisse o conhecimento da problemática deste trabalhador rural.

A partir destas constatações redefinimos o universo da análise, ao optarmos pelo estudo da reprodução desses colonos, definindo-a como nosso problema de pesquisa.

O trabalho de campo, desenvolvido em duas etapas, totalizou quase 90 dias, durante os quais fomos hospedados por famílias locais.

A etapa inicial ocorreu no primeiro semestre de 1980, quando passávamos de dois a três dias semanais na área, enquanto que a segunda etapa, sem interrupção, ocorreu nos meses de setembro e outubro do mesmo ano, permitindo, assim, efetuar as entrevistas e a observação direta. Fizemos uso do gravador, na medida em que tínhamos a permissão do colono. As anotações foram feitas no livro de entrevistas e as demais observações no diário de campo. Com auxílio da máquina fotográfica, registramos alguns momentos que nos pareceram importantes no cotidiano da vida do colono.

Realizamos, nesse período, 63 entrevistas no município de São João Batista, nas comunidades de Rio do Braço, Tigipió, Arataca, Colônia, Domingos Correia, Fernandes, Canudos, Águas Frias, Tajuba I, Ribanceiras Norte e Sul; no município de Canelinha, 19 entrevistas foram realizadas nas comunidades do Moura, Vila Nova, Centro do Moura, Pé da Serra, Espreado, Cuba, Dona, Fazenda Vitória e, em Tijuca, 8 entrevistas nas localidades de Papagaio de Dentro, Terra Nova, Itinga, Nova Descoberta e Timbé, perfazendo um total de 90 unidades familiares. (15)

As entrevistas, que obedeciam a um roteiro previamente elaborado, continham como principais itens:

- 1 - a origem, idade e números de filhos do casal, bem como a vivência que tinham tido com seus pais;
- 2 - a organização da produção familiar para a subsistên-

cia e a mercantil, tanto na atualidade quanto no pe-
ríodo anterior à instalação da usina (1943);

3 - razões do plantio da cana;

4 - condições de vida e da força de trabalho;

5 - o acesso à terra, bem como às condições do uso do crê-
dito. (16)

As tentativas de reproduzir as condições anteriores à instalação da Usina foram satisfatórias, na medida em que nos permitiram caracterizar o período da fabricação do açúcar em engenho, bem como a sua comercialização, delineando, assim, o processo de acumulação comercial, via vendeiro, possibilitando sua transformação em capital industrial. Os demais itens de nossa entrevista possibilitaram-nos, igualmente, dados significativos para a realização de nosso trabalho.

O nosso contato inicial aconteceu por intermédio da empregada doméstica de uma amiga que, oriunda da região, possuía irmãos operários na Agroindústria e uma irmã noiva de um filho de colono fornecedor de cana para a Usina. Através deste colono passamos a ser apresentados aos demais plantadores e, assim, sucessivamente, fomos realizando nossa pesquisa em São João Batista, quando então entramos em contato com a Associação dos Plantadores de Cana de Santa Catarina. (17) O Presidente da entidade demonstrou grande interesse em nos informar acerca da realidade que vive o plantador de cana, bem como permitiu que tivéssemos acesso aos registros

da entidade.

Este apoio foi justificado pelo Presidente, ao afirmar "*quão importante é que as outras pessoas da cidade tomem conhecimento dos nossos problemas e saibam como o colono vive*".

A passagem de uma área para outra sempre deu-se por intermédio das indicações dos próprios colonos. Essas indicações referiam-se ora aonde residiam colonos que tinham tido engenhos de cana, ou ainda o possuíam⁽¹⁸⁾, ora a colonos que trabalhavam com cana e fumo, ou alguém que tinha iniciado plantar ou colher uma determinada lavoura, fazendo questão de que tivéssemos acesso aos mais diferentes aspectos de suas vidas.

No entanto, em Canelinha, além do próprio colono, utilizamo-nos do conhecimento previamente estabelecido com a esposa do Prefeito de São João Batista, a qual nos apresentou a um compadre colono (que nos hospedou inicialmente), o qual desempenhou o mesmo papel do primeiro colono de São João.

Em Tijucas, através do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do agrônomo da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), fomos informados do número reduzido de fornecedores, ressaltando que hoje quem trabalhava com cana "*arree ou*" ou vendeu para a Usina. Mesmo assim, achamos que deveríamos realizar entrevistas; na oitava entrevista, percebemos a

repetição improdutiva das informações, o que definiu o limite das mesmas. Por outro lado, esclarecemos que as razões para o número de entrevistas efetuadas em São João Batista e Canelinha, marcando também seu limite, foi dado a partir da representatividade e da qualidade das informações obtidas.

Queremos ressaltar o relacionamento alcançado com as famílias, principalmente com as que nos hospedaram, na medida em que a nossa disposição para participar das tarefas domésticas e da lavoura foi bem aceita, permitindo um convívio pleno do cotidiano.

Além do contato direto com os colonos, efetuamos entrevistas com um membro da família da Agroindústria que havia acompanhado o processo de instalação da Usina; com um ex-prefeito de Canelinha; com o Prefeito, na época, de Tijucas; com os agrônomos da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) de São João Batista e Tijucas, bem como mantivemos conversas informais com o instrutor de fumo da área, além de termos visitado as instalações da Usina.⁽¹⁹⁾ Todos esses contatos nos forneceram subsídios para um conhecimento mais aprofundado do Vale.

A fim de complementar as informações sobre a área de pesquisa, achamos por bem entrevistar, em Florianópolis, a Diretoria da Federação dos Sindicatos Rurais de Santa Catarina e a Administração dos escritórios da USATI.

Ressaltamos que enfrentamos uma

certa resistência por parte da administração ao solicitarmos audiência, cujo objetivo maior era entrevistar os seus dirigentes. Ao diretor-administrativo entregamos roteiro escrito da entrevista, exigência da empresa, o qual só nos foi devolvido após três meses, ⁽²⁰⁾ sem terem sido respondidos todos os itens.

A análise desse material, confrontada com as informações dos colonos, sugere que a Usina teve interesse de, *peelo menos*, minimizar a importância da participação dos colonos na constituição da Empresa. ⁽²¹⁾

NOTAS DA INTRODUÇÃO

- (1) - SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da Agroindústria canavieira 1930/75. 1979: Cap. I.
- (2) - Idem - 1979:20.
- (3) - HOLANDA, S. B. 1973: 192; FURTADO, C. 1975: 93; SINGER, P. 1977: 271; GUIMARÃES, A. P. 1968: 61.
- (4) - SZMRECSÁNYI, T. 1979 op. cit.
- (5) - FREIRE, G. 1936; CAIO PRADO JR. 1972; ANDRADE, M. C. 1973.
- (6) - LOPES, J. S. L. 1976; NEVES, D. P. 1981; MEYER, D. R. 1979; SIGAUD, L. 1979.
- (7) - Cf. José Miguel de Brito. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. 1932: 66. Registra exportação de 1\$22. (Réis).
- (8) - Na Associação dos Plantadores de Cana de Santa Catarina, com sede em São João Batista, estão registrados quase 1000 agricultores fornecedores de cana para a Agroindústria sediada no município.
- (9) - Colono - denominação dos pequenos proprietários do Vale, que produzem em regime de trabalho familiar e não têm outra ocupação que não seja com a lavoura para a subsistência e comércio.
- (10) - Tal afirmação parte da declaração que o colono faz ao comparar o fumo e a cana. Quando termina a colheita do fumo, apenas viram a terra com todos os restos da plan-

ta do fumo, para daí efetuarem o plantio do milho, feijão e arroz, principalmente. Falam que a terra é fértil por terem que aplicar, antes do plantio do fumo, uma grande quantidade de fertilizantes.

- (11) - "Gasto" - expressão usada pelos colonos ao referir-se àqueles produtos que têm destino de autoconsumo.
- (12) - Trataremos por USINA e/ou Agroindústria, referindo-se sempre à única existente no Vale.
- (13) - "Afinal" - nº 2, ano 1, maio de 1980. Florianópolis - p. 12-13. *"O doce Vale da Morte" "lavrador preferiu a força" e "a Usati ameaça inundar Tijucas"*.
- (14) - Conforme entrevista efetuada com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina (FETAESC) - Revista Mensagem da FETAESC.
- (15) - Esta diferenciação no número de entrevistas por município deve-se ao fato do número desigual de fornecedores existentes em cada um, registrados na Associação dos Plantadores de Cana em Santa Catarina. Estão registrados, nesta Associação, como sendo de Tijucas, 99, de Canelinha, 245, e de São João Batista, 529. Em Tijucas, a predominância do fornecimento é das fazendas da Usina. É importante esclarecer a constatação de que, dos fornecedores (pequenos produtores) registrados na Associação, muitos já não estão mais produzindo cana, ou são falecidos, sem que seus nomes tenham saído dos registros, permanecendo com cotas em seu nome. Este caso ocorre prin

principalmente em Canelinha e São João, onde, apesar disso, ainda se concentra o maior número de fornecedores de cana.

- (16) - Ver, em anexo, o roteiro integral da entrevista.
- (17) - Sua sede está em São João, onde possui um hospital para atendimento de seus associados e mantém convênios com o INPS e FUNRURAL.
- (18) - Quatro famílias que usam esporadicamente o engenho para fabricação de açúcar grosso e cachaça para o consumo da família.
- (19) - Ao entrarmos na Usina nos foi proibido o uso de gravador, de máquina fotográfica e de qualquer objeto que permitisse registro de informações. Durante toda a visita fomos acompanhados por um elemento da segurança da Empresa, além da pessoa que nos descrevia o que estava sendo visitado. O que mais nos chamou atenção foi o aspecto de limpeza encontrada e a inexistência de insetos (moscas e abelhas), o que não é muito comum nas empresas que transformam a cana, além do nível de modernização dos equipamentos. O que nos interessava conhecer era o local ao qual o colono havia se referido como "esteira da Usina" e "pesagem".
- (20) - Ver nos anexos roteiro de entrevista.
- (21) - Ver no capítulo cinco referências às doações e vendas de registro e cotas de colonos para a Usina.

I - O VALE DO RIO TIJUCAS

1. O município de São Sebastião do Rio Tijuca
2. O município de Canelinha
3. O município de São João Batista
4. Povoamento e/ou formação do Vale do Rio Tijuca e a cul
tura da cana
5. Um breve histórico da exploração da cana no vale tijucano

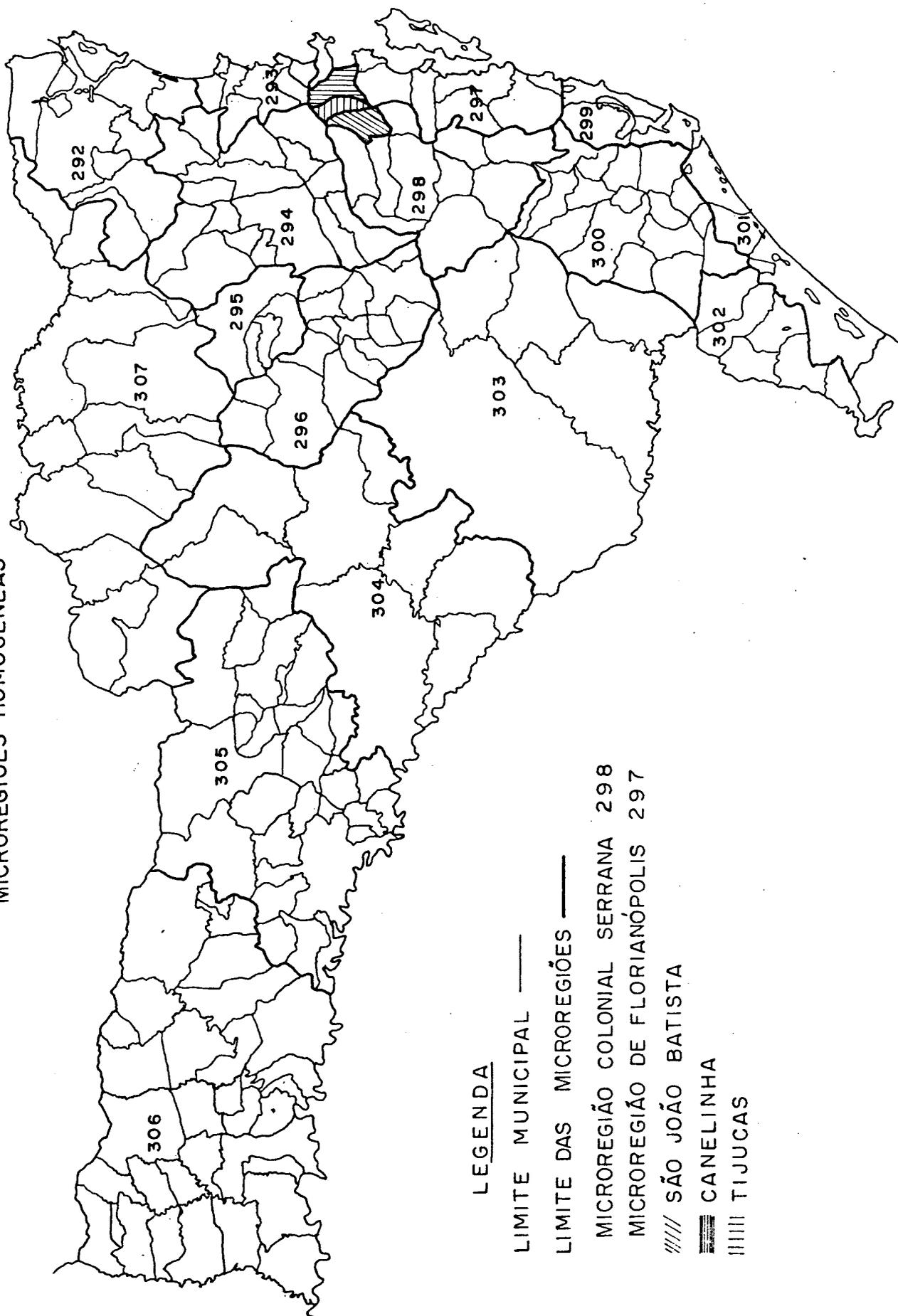
I. O VALE DO RIO TIJUCAS

O Vale do Rio Tijucas, onde executamos o trabalho de campo, é formado por uma grande planície litorânea em terras baixas da bacia do rio que leva o mesmo nome. Localiza-se na região litoral e encosta central, à leste do Estado de Santa Catarina, apresentando apenas pequenas elevações. Esta região é classificada pelo FIBGE⁽¹⁾ como Microregião Homogênea Colonial Serrana Catarinense e Microregião da Grande Florianópolis ou Zona Fisiográfica Florianópolis, como anteriormente era denominada.

O Rio Tijucas possui uma bacia de cerca de 2.000 km², com um curso de 160 km; é formado pelo Rio do Braço e pelo Rio Grande (Tijucas propriamente dito), que nasce na Serra do Mar, acima de Taquaras, com o nome de Rio Bonito, até receber o Rio das Antas, quando é denominado de Rio Garcia, além do Rio Perdidas. Continua com o nome de Rio Grande, até à confluência com o Rio do Braço, no município de São João Batista.

A Microregião Homogênea Colonial Serrana Catarinense participa com 1,25% da área de cultivo agrícola do Estado. Destacam-se, por áreas ocupadas, o plantio de cebola (20%), cana-de-açúcar (15%), tomate (12%) e batata inglesa (8%), assumindo a sétima posição em relação às outras regiões do Estado.⁽²⁾ Por outro lado, a Microregião de Florianópolis participa com 0,55% da área total plantada, destacando-se a cana-de-açúcar (11%), tomate (10%), e mandioca (4%).

ESTADO DE SANTA CATARINA
MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS



LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL ———
- LIMITE DAS MICROREGIÕES - - - - -
- MICROREGIÃO COLONIAL SERRANA 298
- MICROREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS 297
- ////// SÃO JOÃO BATISTA
- ===== CANELINHA
- ||||| TIJUCAS

O solo de várzea, em maior porcentagem, tem predominância de "turfa" na parte superior, e o subsolo é argiloso, com a denominação regional de "barro tijuco". Abaixo desta camada é encontrada novamente "turfa" e argila. Uma parte da várzea é constituída de tabuleiros de areia sedimentar, com baixo teor de matéria orgânica. Assim, o solo do Vale é formado em grande parte por argilas que, sendo mineiras decompostos, propiciam o plantio de lavouras tipo cana-de-açúcar, bem como a instalação de olarias e cerâmicas, atividades bastante características dos três municípios pesquisados. Nas melhores terras de várzea predominam o plantio de arroz e pastagens, enquanto nas partes onduladas localizam-se, além das pastagens, o fumo e a banana.

Nesse Vale, localizam-se os municípios de Canelinha, Tijucas e São João Batista, onde estão as famílias e a Agroindústria pertencentes ao nosso objeto de estudo. Por esta razão, passamos a relatar dados parciais referentes à especificidade de cada um deles, indicando os elementos caracterizadores destes municípios, além de mostrarmos, nos quadros I e II, a estrutura fundiária atual e a produção de algumas lavouras mais representativas nesses municípios, com o objetivo de ilustrar nossa exposição.

QUADRO 1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO O ESTADO
E OS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, 1980.

VARIÁVEL	LOCALIZAÇÃO	SANTA CATARINA		TIJUCAS (A)		CANELINHA (B)		SÃO JOÃO BATISTA (C)		TOTAL DA ÁREA DE ESTUDO (A)+(B)+(C)	
		Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
TOTAL	Estab.	216.324	100,0	393	100,0	323	100,0	557	100,0	1.273	100,0
	Área (ha)	7.369.529	100,0	17.591	100,0	8.207	100,0	12.430	100,0	38.228	100,0
MENOS DE 10 ha	Estab.	75.985	35,1	103	26,2	150	46,4	353	63,3	606	47,6
	Área (ha)	376.899	5,1	671	3,8	757	9,2	1.714	13,8	3.142	8,2
210 A MENOS DE 100 ha	Estab.	130.626	60,4	268	68,2	162	50,2	194	34,8	624	49,0
	Área (ha)	3.494.435	47,4	7.833	44,5	4.552	55,5	4.879	39,2	17.264	45,2
100 A MENOS DE 1000 ha	Estab.	8.953	4,1	21	5,3	11	3,4	8	0,1	37	0,3
	Área (ha)	2.270.882	30,8	7.346	41,6	2.889	35,2	2.672	21,5	12.907	33,8
MAIS DE 1000 ha	Estab.	578	0,3	1	0,0	-	-	2	0,0	3	0,0
	Área (ha)	1.227.312	16,6	1.740	10,0	-	-	3.165	25,5	4.905	12,8

Fonte: FIBGE, SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980, FIBGE, RIO DE JANEIRO, V.12, 1982.

QUADRO 2 - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DE PRODUTOS SELECIONADOS DA LAVOURA SEGUNDO O ESTADO E ÁREA DE ESTUDO - 1980.

LOCALIZAÇÃO PRODUTO	SANTA CATARINA			TJUCAS (A)			CANELINHA (B)		
	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (t)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (t)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (t)	Rend. Médio (Kg/ha)
CANA-DE-ÁÇUCAR	22.934	1.255.348	54.737	1.410	124.343	88.186	558	33.480	60.000
FUND EM FOLHA	80.000	144.000	1.800	323	493	1.526	334	475	1.422
ARROZ (EM CASCA)	156.074	259.794	1.664	500	1.500	3.000	335	913	2.725
FEIJÃO (EM GRÃO)	263.986	158.097	599	547	398	727	345	130	376
MANDIOCA	99.815	1.626.078	16.290	100	2.800	25.000	40	800	20.000
MILHO	1.150.744	2.876.860	2.500	310	888	2.400	350	840	2.400

Continua

Continuação

QUADRO 2 - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DE PRODUTOS SELECIONADOS DA LAVOURA SEGUNDO O ESTADO E ÁREA DE ESTUDO - 1980.

LOCALIZAÇÃO PRODUTO	SÃO JOÃO BATISTA (C)			TOTAL DA ÁREA DE ESTUDO (A) + (B) + (C)		
	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rend. Médio (Kg/ha)
CANA-DE-AÇÚCAR	400	32.000	80.000	2.368	189.823	80.161
FUMO EM FOLHA	628	906	1.442	1.285	1.874	1.458
ARROZ (EM CASCA)	40	60	1.500	875	2.473	2.826
FEIJÃO (EM GRÃO)	62	55	887	954	583	611
MANDIOCA	60	1.080	18.000	200	4.380	21.900
MILHO	400	1.020	2.550	1.060	2.660	2.509

Fonte: FIBGE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL DE 1980.

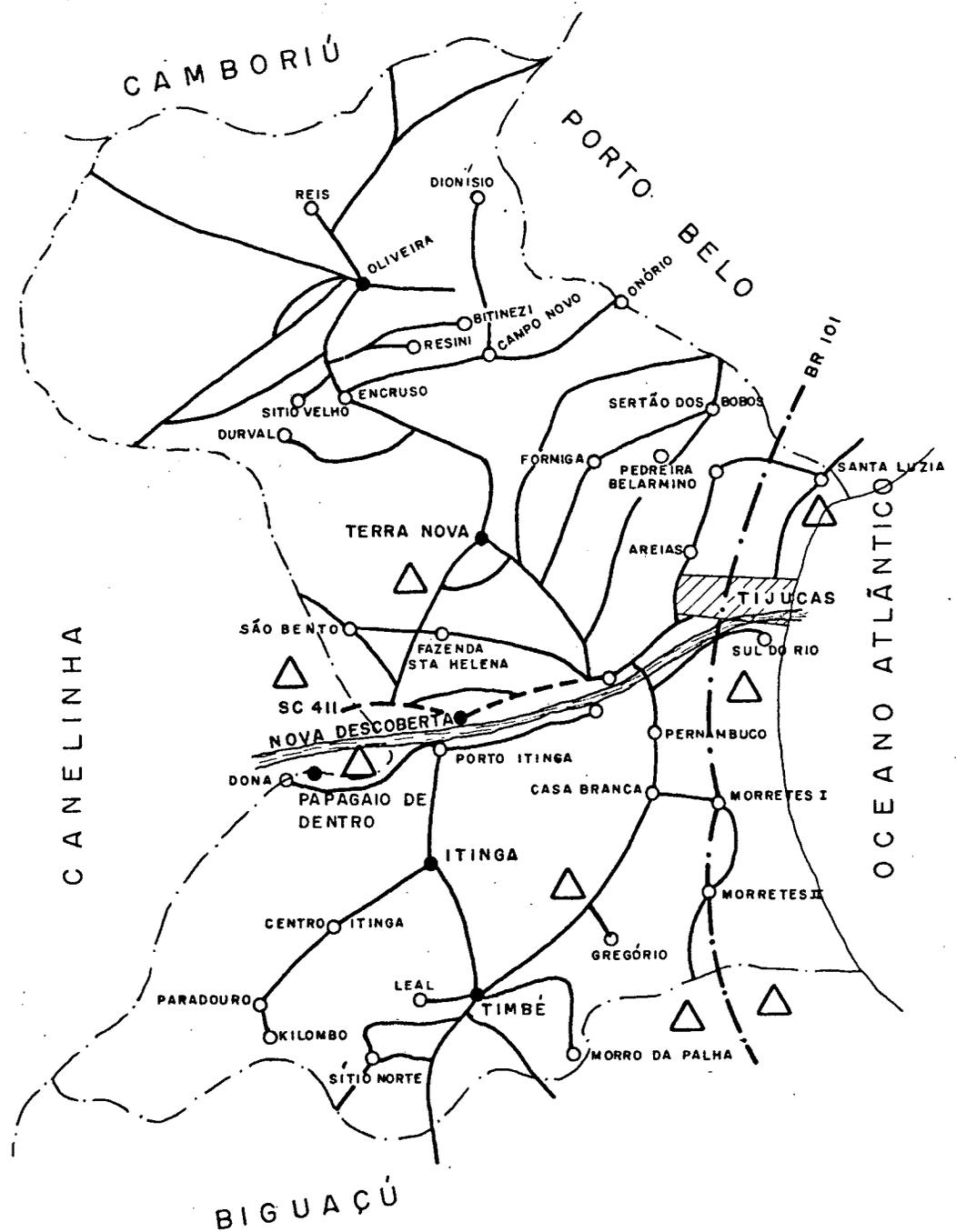
1. O município de São Sebastião do Rio Tijucas⁽³⁾

O município de Tijucas, anteriormente denominado São Sebastião, é importante para nosso estudo por possuir em seus limites as fazendas de cana-de-açúcar de maior porte, pertencentes à Agroindústria, e um reduzido número de pequenos fornecedores de cana.

Tijucas passou à categoria de município em 4 de outubro de 1859. Possui atualmente uma área de 237 km². Apresenta um clima temperado, com temperatura média de 20°C, atingindo no inverno 10 a 15°C, e no verão 25 a 30°C. A sede do município está localizada na latitude 27° 14' 33"S e longitude 48° 37' 53"W. Com altitude média de 30 metros, situa-se a sede a 2 metros acima do nível do mar. Localiza-se à margem do Rio Tijucas, em uma área plana e baixa, estando sujeita a enchentes periódicas. A população é de aproximadamente 14.600 habitantes, dos quais 5.615 em área rural, distribuídos pelas comunidades de Morretes, Nova Descoberta, Joãia, Timbé, Itinga, Terra Nova, Campo Novo, Oliveira, Areias e Santa Luzia.⁽⁴⁾ Nas pequenas propriedades se desenvolvem as culturas de arroz, fumo, milho, mandioca, frutas diversas e a criação de animais domésticos para o fornecimento de leite e de carne. No entanto, a cana explorada pela Usina neste município domina a produção agrícola. Nas propriedades dos colonos "fortes", que desistiram do plantio da cana, passou-se a explorar a pecuária, por não alcançar a lavoura "bom preço".⁽⁵⁾ "A redução da participação da pequena propriedade" como fornecedora da cana para a Agroindústria acontece paralelamente à expan

são de aquisição de terras por parte da mesma.⁽⁶⁾ A população urbana tijucana (8.981 habitantes) é absorvida pelas fábricas de doces, de óleo, de pescado, de móveis e esquadrias, de cerâmica, as quais são em número superior a sete, destacando-se a Cerâmica PortoBello (também pertencente ao grupo proprietário das fazendas de cana-de-açúcar) e por serrarias. Empregam mais de 1.500 operários, dos quais 500 na Cerâmica PortoBello, caracterizados como *"aqueles que não têm terra e que estão aí, ou se tornaram empregados das fábricas (com a venda de suas terras para a Usina). Hoje os empregados de cerâmicas têm suas casas que formam uma vila, geralmente ao redor dessas fábricas"*.⁽⁷⁾

MUNICÍPIO DE TIJUCAS



LEGENDA

- △ - PROPRIEDADE USATI
- - LOCALIDADES PESQUISADAS

2. O município de Canelinha

Inicialmente Canelinha era distrito do município de Tijucas. Instalado no ano de 1932, possui uma área de 134 km², a oeste de Tijucas, passando à categoria de município pela Lei Municipal de nº 855/62, de 3 de dezembro de 1962. Está situado na Microregião Colonial Serrana Catarinense. Tem ao norte o município de Brusque, a leste Tijucas, a oeste São João Batista e Nova Trento, e ao sul Biguaçu.⁽⁸⁾ Localiza-se a uma altitude de 10 metros, apresentando a temperatura máxima de 38°C e mínima de 9°C, e precipitação pluviométrica anual de 1.500/1.900 mm. Dista de Florianópolis, capital do Estado, 67 km, situando-se pelas coordenadas geográficas: latitude 27° 17' 00"S e longitude 48° 44' 30"W. Seus principais acidentes geográficos são os rios Tijucas, Ribeirão do Moura e as serras de Tijucas e Biguaçu. Sua população encontra-se em torno de 8.000 habitantes, distribuídos pelas comunidades de Índia, Cobre, Moura, Galera, Papagaios, Beira Rio e Areião.⁽⁹⁾ (Urbana 3.197 e rural 3.958).

Canelinha tem como atividade caracterizadora a produção de cerâmica, desenvolvida muitas vezes como uma atividade auxiliar e/ou paralela à agricultura, quando existe no terreno matéria-prima propícia para o fabrico de telhas e tijolos. A produção se dá dependendo das requisições do mercado, o qual está ligado ao ciclo da construção civil.

A inserção desse município em

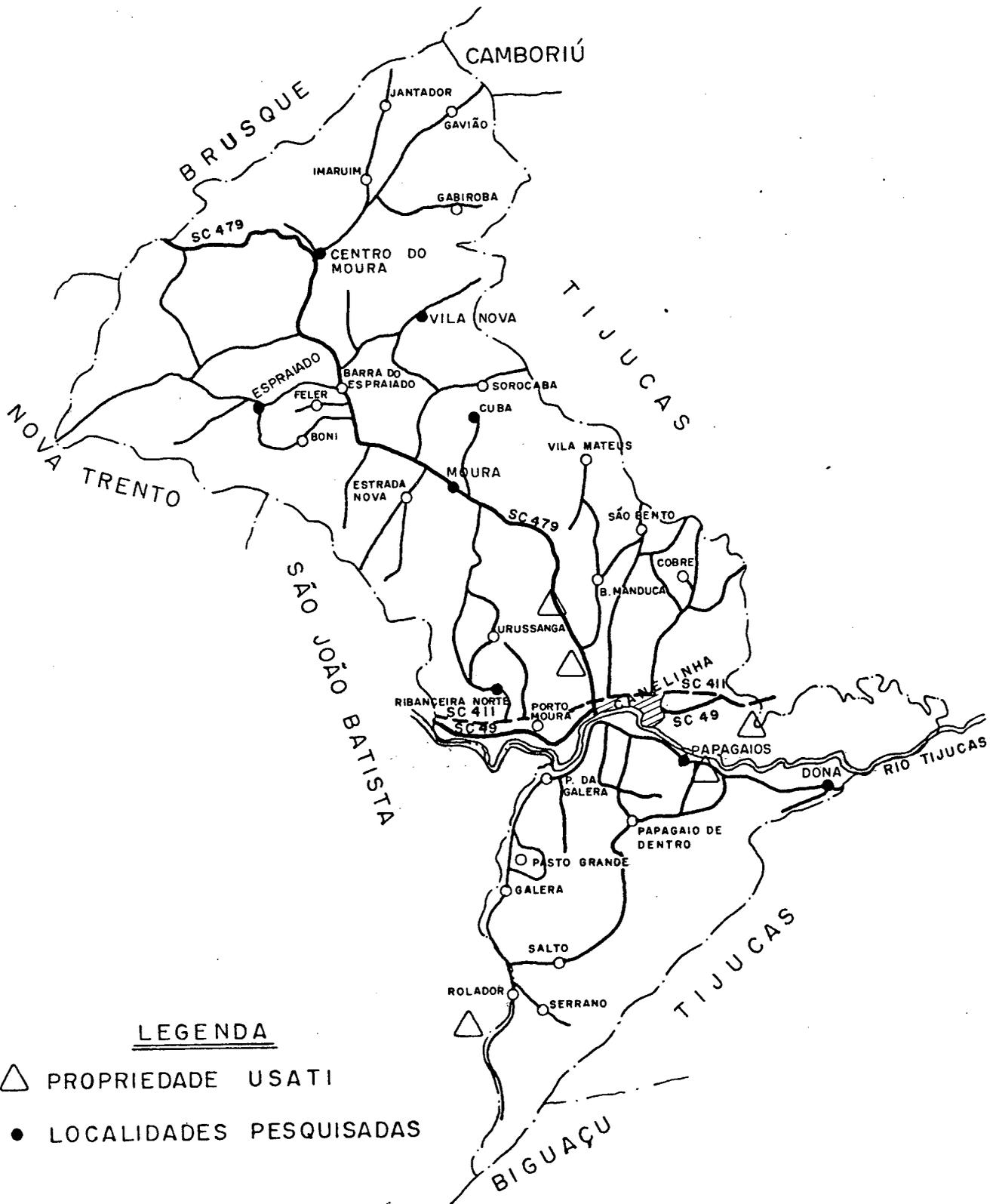
nosso estudo justifica-se por estar entre os dois municípios principais, os quais têm em seus limites as grandes plantações de cana-de-açúcar da Agroindústria (Tijucas) e no de São João Batista está a sede da mesma.⁽¹⁰⁾ Justificamos sua inclusão não só pela sua localização, mas também por estar sendo atingido pelo processo de expansão desta mesma empresa, no que se refere à aquisição de terras que dantes eram ocupadas pelos pequenos proprietários. A maior ampliação vem se processando principalmente na área do Moura, onde a Agroindústria adquiriu dez propriedades que foram agrupadas na constituição de uma fazenda de tamanho adequado a seus interesses. Tal registro foi feito a partir de depoimentos de famílias de colonos residentes em Canelinha, quando se perguntava sobre a venda ou compra de terra, isto é, das possibilidades que o colono tinha para adquirir terras para seus filhos:

"Daqui do Moura saíram umas 100 famílias para Blumenau, Sorocaba, saiu outra gente... para uns achavam que dava mais... (em 15 anos) Do Moura saíram, há oito anos, 11 famílias... venderam terra pra Usina e outra pra colono, só um não tinha terra... foram pra Blumenau e Brusque... a maioria que foram embora, algum tinha terra, que vendeu, alguns arrendaram, de fora compraram. Ah, pai vendeu pra Usina, mais ou menos quinze anos, os que ficaram não traba

*lhava mais na roça, os que foram era os
mais novos que podiam ser operário..."(11)*

Atualmente, nesta comunidade algumas famílias (em torno de 10 em 1980) ocupam-se em confecções de "tapetes" que tem como matéria-prima restos da indústria de absorventes higiênicos e toalhas de papel. Esta atividade é explorada por indivíduos não residentes na localidade que, em um caminhão, deslocam-se à capital paulista onde adquirem restos dos produtos citados, os quais são distribuídos para as famílias que, com o auxílio de "teares" já rejeitados pela indústria de fios e têxteis dos municípios vizinhos, passam a produzir peças que são entregues semanalmente aos distribuidores. Percebem quantias irrisórias por produção, que tem a participação da força de trabalho familiar. A sujeição a tal tipo de atividade se dá por não terem outra opção e por não estarem em condições de "tentar a vida" na cidade, pois, por razões diversas (idade, saúde, etc.), mantem-se na localidade onde "pelo menos a casa e o chão estão sob seu controle".

MUNICÍPIO DE CANELINHA



LEGENDA

- △ PROPRIEDADE USATI
- LOCALIDADES PESQUISADAS

3. O município de São João Batista ⁽¹²⁾

Nesse município, está instalada a principal unidade da "Agroindústria", considerada como a maior indústria açucareira do sul do Brasil, receptora de toda a produção canavieira do Vale do Tijuca, além de ter a sua produção voltada para o atendimento do comércio externo.

São João Batista possui uma extensão territorial de 216 km². Situado à margem do Rio Tijuca, tem a sua sede na confluência do Rio do Braço com o Rio Tijuca. Apresenta relevo acidentado, com 35% de áreas montanhosas, 25% acidentadas e 40% planas. Sua temperatura média é de 19°C, sendo a mínima de 3°C e a máxima de 35°C. A precipitação anual é de 1835 mm, com geadas ocasionais. Tem uma altitude de 22 metros, estando a 27° 15' 25" de latitude Sul e 48° 80' 53" de longitude Oeste.

A população encontra-se em torno de 10.700 habitantes (urbana 5.935 e rural 4.753), distribuídos por 28 comunidades, onde se destacam Tigipiô, Rio do Braço, Tajuba I e II, Ribanceiras Norte e Sul, Fernandes, Domingas Correa, Colônia, Arataca e Cardoso, entre outras. ⁽¹³⁾

As atividades agrícolas concentram-se no plantio da cana-de-açúcar, do fumo, da mandioca, do milho e do feijão. A cana-de-açúcar ocupa mais de 1.000 ha., o fumo 700 ha., a mandioca 100 ha., o milho 400 ha., e o feijão 100 ha..

A pequena propriedade rural tem

como base a exploração familiar na produção de cana, cultura que tem por finalidade a comercialização com a Agroindústria e, eventualmente, com proprietários de alambiques.⁽¹⁴⁾ O fumo, que também é cultivado nessa área, é negociado com as grandes empresas - Souza Cruz e Tabacos Blumenau, - principais atuantes nesta região. As outras culturas destinam-se, em sua maioria, ao consumo e, ocasionalmente, ao comércio.

As culturas da cana e do fumo envolvem a utilização do Crédito Agrícola do Banco do Brasil e do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Através do uso do Crédito tem-se uma das formas de dependência do pequeno produtor à Agroindústria, na medida em que o colono só tem acesso ao crédito para sua lavoura quando apresenta, junto com o plano de financiamento, a carta de garantia de compra/venda que é fornecida pela Agroindústria.

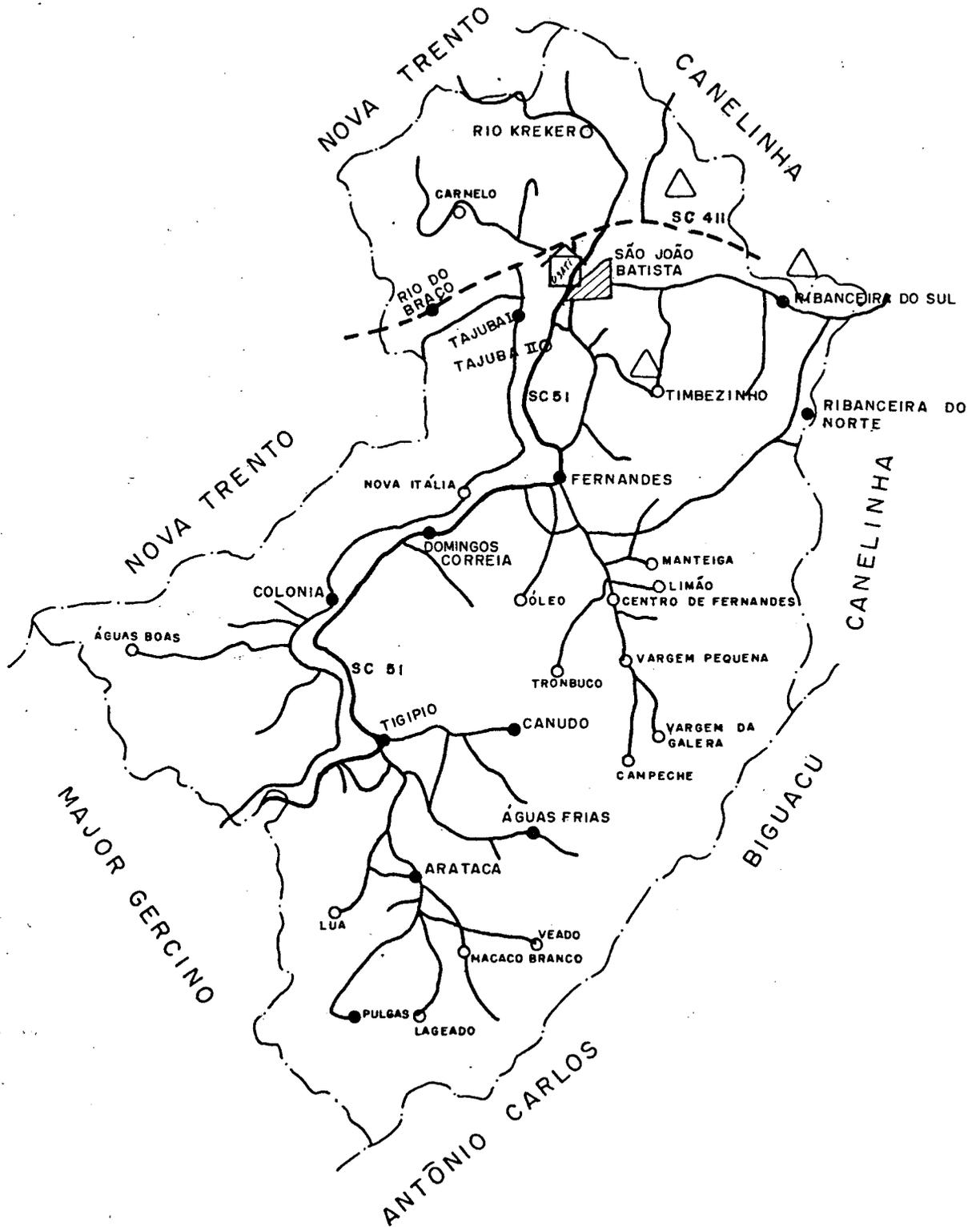
Além de ter a sede da Agroindústria no município, "a USATI tem terras localizadas em Cardoso, Ribanceiras e Tímbesinho", tanto podendo plantar cana como usar para a cerâmica PortoBello.⁽¹⁵⁾

O plantio de cana nas pequenas propriedades está localizado nas seguintes comunidades: Ribanceiras, Rio do Braço, Tajuba, Domingas Correa e Colônia. Nesta última, estão localizados os colonos considerados "fortes", isto é, o tamanho de sua propriedade é superior à média de 20 hectares, sendo proprietários, também, de tratores e caminhões e têm um fornecimento de tonelagem de cana, por safra, superi

or a 300 toneladas.

Apesar da agricultura ser a atividade predominante, desenvolve-se a indústria de calçados, com um total aproximado de 60 fábricas, de pequeno e médio porte.⁽¹⁶⁾ Há, também, exploração da madeira, com várias serrarias instaladas nas regiões de Pulgas, Lageado, Águas Boas e Campeche, localidades limites do município, bem como cerâmicas e fábricas de móveis.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA



LEGENDA

- △ PROPRIEDADE USATI
- LOCALIDADES PESQUISADAS
- 🏠 USINA

4. Povoamento e/ou formação do Vale do Rio Tijucas e a cultura da cana

Para dar conta da reconstrução histórica do Vale⁽¹⁷⁾ no que se refere aos três municípios envolvidos neste trabalho, utilizamo-nos dos trabalhos de Henri que Boiteux, L. A. Boiteux, Jacinto Antônio de Mattos, Oswaldo Cabral e das informações mais recentes pertencentes à Fundação IBGE.⁽¹⁸⁾

Pretendemos demonstrar, com tal histórico, que a cultura da cana-de-açúcar é uma atividade tradicional no Vale e que tinha, como finalidade primeira, atender ao consumo das famílias locais e a comercialização do produto a nível regional. Os registros da existência de engenhos datam de 1839, tanto de açúcar quanto de engenhos de farinha, alimentação básica dos moradores deste Vale, conforme depoimento do Prof. Walter Piazza.⁽¹⁹⁾ Este histórico também objetiva realçar a formação do tipo de propriedade, qual seja, "*a pequena propriedade de produção familiar*". Esta forma de ocupação da terra foi largamente utilizada no Estado de Santa Catarina.⁽²⁰⁾

O povoamento do Vale do Rio Tijucas deu-se com a distribuição de famílias açoreanas no litoral com a finalidade de garantir sua ocupação. No final do século XVIII inicia-se a ocupação do litoral, quando o governo português alicia colonos nas Ilhas dos Açores e Madeira para transportá-los a Santa Catarina.

A instalação desses grupos fami-

liares vinha atender ao apoio da missão de construção de fortificações e, ao mesmo tempo, oferecer ao porto uma base segura para a defesa da costa ao sul e, ao norte, permitiu efetuar a sistemática da colonização. Os colonos foram distribuídos tanto pelas terras da Ilha, quanto pelo litoral da terra firme, desde São Francisco, Itacoporoy, Cubatão, Enseada do Brito até Laguna, conforme citação abaixo:

"Governava a capitania de Santa Catarina o coronel Antônio da Gama Freitas, pessoa de predileção e escolha do então vice-rei Marquês do Lavradio e que havia tomado posse em 5 de setembro de 1775. Um de seus primeiros atos, de acordo com o Vice-Rei, foi a fundação de uma povoação na enseada das Garoupas, onde então possuía uma fazenda o Capitão de auxiliares José Rabello. Começou por distribuir moradores não só naquele local, onde foram estabelecidos 60 casais, como nos territórios vizinhos de Cambory-assu (camborihu), Baombas, Zimbros, Ganchos e Tijucas. Numeravam ao todo cento e três fogos, contendo a população 500 e poucas pessoas, inclusive escravos".

(BOITEUX, H. 1928: 4) ⁽²¹⁾

A interiorização do Vale de Urussatê com a instalação de uma colônia em 1836 (por iniciativa parti

cular), constituída por famílias oriundas da Sardenha, a colônia de Nova Itália, localizada a uma distância de 30 km, na margem direita do Rio Tijucas. Compunha-se esse grupo de 116 sardos e 16 brasilienses,⁽²²⁾ distribuídos os sardos em "22 datas de terra, cada uma de 8.300 braças de frente por mil de fundos, enquanto aos brasilienses em datas de 1.250 braças de frente com os mesmos de fundos".⁽²³⁾

H. Boiteux salienta que a doação de terras à brasilienses é justificada "pelo conhecimento que detinham da região quanto ao plantio de cana, de mandioca, na escolha de madeira de lei e defesa contra os indígenas".⁽²⁴⁾

Em 1839,

"prosperava a colônia, que já contava com dous engenhos de assucar, tres de farinha e dous de serrar madeiras, pertencentes aos emprezarios (...) quando no dia 19 de janeiro (...) os selvícolas encontrando os colonos desprevenidos e inertes, atacaram-os. Esse facto fez com que desanimassem os povoadores, que sō no ano seguinte tiveram alento com a ida de um pequeno destacamento de pedestres. Contava nesse ano 122 pessoas em 30 famílias...".⁽²⁵⁾

A partir dessa época são abertos caminhos para Lages, propiciando, também, ligação da colônia à freguesia de São João Batista. Desta forma, o interior vai sen

do povoado. A foz do Rio Tijucas estacionou devido às grandes extensões alagadas, cobertas de matas, impróprias para a cultura, que só foram ocupadas após trabalhos de drenagem.

Planejando estimular a povoação da foz, o governo efetuou trabalhos, pelo engenheiro Tenente João de Sousa Melo Alvim, de levantamento do rio, quando riscou a planta para povoação em 1847, tendo, como consequência, o desmembramento das *"terras às margens do Rio Tijucas do Termo da Vila de Porto Belo, para formar uma freguesia, a de São Sebastião da Foz do Rio Tijucas, ligando ao Termo da Vila de São Miguel"*. (26)

Segundo o historiador Oswaldo R. Cabral, (27) Tijucas foi elevada a município a 4 de outubro de 1859, com partes territoriais dos municípios de São Miguel (Biguaçu) e Porto Belo, com os foros de Vila dados à sua sede. O nome original de São Sebastião foi dado por Sebastião Caboto quando ali tocou em sua viagem pelo litoral catarinense.

"Os seus começos ligam-se a um posto de passagem junto à foz do Rio Tijucas, servindo aos moradores de Porto Belo que demandavam os Ganchos, São Miguel e Armação da Piedade e, onde mais tarde (1830), um certo Sebastião Cozas, espanhol, construiu um oratório ao Santo seu onomástico". (28)

Deste município foram criados os de Nova Trento, São João Batista (cf. Lei nº 348, de 21 de ju-

nho de 1958) e Canelinha (cf. Lei nº 855, de 3 de dezembro de 1962).

Os primeiros residentes da área do Vale desenvolveram a agricultura de subsistência e implantaram o comércio em pontos intermediários ao longo do Rio Tijuca Grande.

O interesse pelo Vale do Rio Tijuca foi despertado a partir do conhecimento do valor de suas terras para a agricultura e da descoberta da existência de madeira de lei em grande abundância, quando da exploração feita pelo Alferes Noronha ao procurar pinheiros, afluindo povoadores requerendo concessões. Estes são oriundos de São Miguel e Porto Belo, iniciando a industrialização da madeira. (29)

No período de 1841 a 1861, vias de comunicação são abertas ligando Tijuca e Enseada de Tijuquinhas e estabelecidas colônias e sítios nas cabeceiras do Ribeirão do Moura, afluente da margem esquerda do rio Tijuca.

Em 1875, a construção da estrada, comunicando Moura a São João Batista e ao Alto Tijuca, permite ligações com o Vale.

As informações disponíveis sobre o período de 1875 a 1921 restringem-se às citações de dados administrativos de criação de distritos, desmembramentos e estatísticas de produção, não justificando nomeá-las nesta síntese que objetiva, apenas, dar noções do processo de ocupação da área estudada.

5. Um breve histórico da exploração da cana no Vale Tijucano

A cana-de-açúcar do Rio Tijucas apresenta-se registrada como lavoura já em 1839, quando L.A. Boiteux⁽³⁰⁾ noticia a existência de dois engenhos de açúcar. Não encontramos documentos comprobatórios de sua introdução e evolução entre os habitantes do Vale. Mas, via depoimentos de idosos e registros parciais sobre as lavouras da época, podemos tecer considerações sobre seu desenvolvimento e, mais tarde, como cultura determinante de mudanças na estrutura agrária do Vale, bem como transformadora do perfil dos municípios pesquisados.

Tem-se notícia de que era cultura introduzida e praticada antes de 1900, uma vez que, entre 1885 e 1890, o juiz do município de Tijucas, juntamente com o Dr. Hercílio Pedro da Luz, constituíram uma empresa para a montagem de uma usina que se concretizou no povoado de Índia, no atual município de Canelinha, tendo sido necessário enviar um elemento para o Rio de Janeiro para que se tornasse técnico de montagem e administrador da usina. Recebeu o nome de Usina de Açúcar São Sebastião (1897), onde se passou a produzir açúcar turbinado, álcool e aguardente. Esta era a segunda usina instalada no Estado. A primeira havia sido instalada no município de Joinville. Devido à criação daquela usina expande-se o plantio da cana pelas margens do rio Tijucas até Boa Vista, (hoje distrito de Tijipiô). As dificuldades de transporte, entretanto, limitaram a moagem da cana apenas àquela plantada

em seus arredores. A isto soma-se o fato da desvantagem do preço alcançado pela tonelagem da cana vendida à Usina, surgindo, então, na região do Vale, a proliferação de engenhos fabricantes de açúcar grosso. Por outro lado, o frete para o transporte da produção, feito através do Rio Tijucas até à cidade de igual nome e seu prolongamento até Florianópolis, era por demais elevado.

Um barril de aguardente (100 litros), que era vendido por 6.000 réis, pagava de frete, até Tijucas, 400 réis, e daí à capital do Estado, 6.600 réis. A manutenção da Usina tornou-se insustentável, passando sucessivamente por diversos proprietários. Em 1913 encontra-se hipotecada para Benjamin Galloti, tendo seus herdeiros recebido em sua herança títulos de hipoteca. A Usina São Sebastião mantém-se ainda até 1930, com crises sucessivas, quando tem a sua liquidação. Seu maquinário vendido dá origem a uma outra usina em Gaspar (Vale do Itajaí).

Com a força de trabalho familiar mantém-se ainda na região, até o início da década de 40, engenhos de porte variado, usados na fabricação do açúcar grosso e sua comercialização para a região, via comerciantes locais, pelo sistema de "barricas"⁽³¹⁾ que abastecem os produtores da área.

No início da década de quarenta, o açúcar passa a ser produzido em usina que se instala em São João Batista (a Usina Tijucas), moendo, inicialmente, a cana

dos pequenos produtores. Esta usina forma-se pela doação e/ou venda das cotas dos colonos que possuíam engenhos de açúcar grosso. (32)

Como não está no nosso objetivo dar conta da história da cana, ou melhor, da economia canavieira no Estado, limitamo-nos a este pequeno esboço para que possamos melhor entender o caso específico do Vale do Rio Tiju-
cas. (33) A fim de que tenhamos uma idéia da produção de cana no Vale, mostramos no quadro III anexo, a evolução do consumo de cana da USATI com o objetivo de ilustrar nossa exposição.

(1) EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE CANA PELA USATI
 - UNIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA (em t)
QUADRO III - CONSUMO DE CANA

SETOR: TIJUCAS

SAFRA	CANA PRÓPRIA	CANA FORNECEDORES	T O T A L
1948/49	-	-	5.731
1949/50	-	-	12.992
1950/51	-	-	39.195
1951/52	-	-	46.185
1952/53	-	-	57.491
1953/54	-	-	63.568
1954/55	-	-	53.872
1955/56	-	-	48.486
1956/57	-	-	43.082
1957/58	-	-	69.593
1958/59	-	-	88.124
1959/60	-	-	96.991
1960/61	-	-	89.862
1961/62	-	-	63.808
1962/63	16.509	41.763	58.272
1963/64	23.954	76.416	100.370
1964/65	20.122	51.542	71.664
1965/66	40.128	125.321	165.449
1966/67	30.867	157.066	187.933
1967/68	19.697	109.138	128.835
1968/69	27.175	91.084	118.259
1969/70	60.364	137.225	197.589
1970/71	57.045	123.107	180.152
1971/72	57.133	146.706	203.839
1972/73	62.538	157.037	219.575
1973/74	92.430	149.551	241.981
1974/75	97.697	96.773	194.470
1975/76	93.367	56.544	149.911
1976/77	83.239	35.531	118.770
1977/78	82.111	41.142	123.253
1978/79	115.690	48.672	164.362
1979/80	145.520	65.225	210.745
1980/81	121.293	46.406	167.699

Fonte: USATI - Refinação Catarinense.

NOTAS DO CAPÍTULO I

- (1) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: divide o país em 361 unidades homogêneas, que passaram a ser denominadas microrregiões homogêneas (espaço homogêneo definido como forma de organização da produção). A finalidade dessa divisão regional é servir de base para a tabulação dos dados estatísticos, em substituição às antigas Zonas Fisiográficas.
- (2) - CEPA-SC: Síntese Informativa da Agricultura Catarinense 1980/81.
- (3) - A descrição do município tem por base as informações obtidas na Fundação IBGE e na Prefeitura de Tijucas, bem como aquelas obtidas através de entrevistas com o agrônomo da ACARESC na área e o extensionista rural. As informações se limitarão a dados geográficos e estatísticos quanto ao clima, latitude e longitude, temperatura média, altitude, população, solo e exploração de culturas. No que diz respeito aos dados históricos, estes se encontram no item 04 deste capítulo, por serem comuns aos três municípios.
- (4) - Ver mapa do município.
- (5) - Informação ou declaração do Prefeito do município confirmada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tijucas.
- (6) - A compra de terras feitas pela Usina se estendeu até 1977. Atualmente, seu interesse restringe-se àquelas pro

priedades que extremam com suas fazendas.

- (7) - Informação do Prefeito de Tijucas, ao ressaltar "*que aqueles que venderam suas terras transformaram-se em empregados da cerâmica da Usina ou foram embora*".
- (8) - Cf. informações do FIBGE.
- (9) - Ver mapa do município.
- (10) - USATI - Usina Tijucas Refinadora Catarinense.
- (11) - Entrevistas efetuadas no período de 1979/80.
- (12) - O município de São João Batista foi criado através da Lei nº 348 de 21 de junho de 1958, com as terras desmembradas de Tijucas.
- (13) - Ver mapa do município.
- (14) - Alambique: indústria caseira de cachaça.
- (15) - PortoBello: cerâmica localizada no município de Tijucas e pertencente ao grupo USATI: Refinadora Catarinense. Ver no mapa a localização das fazendas adquiridas pela Usina neste município.
- (16) - Esta foi resultante de "*uma diversificação industrial em função da Agroindústria, a partir de sua instalação em 1943, quando São João era menos do que Santo Antônio de Lisboa (...) cresceu porque o mercado de consumo deslocou-se de Nova Trento para São João Batista*". Entrevista do Prof. Walter Piazza - Dep. História da UFSC, e nascido em Nova Trento.
- (17) - Ao elaborarmos a história do Vale, deparamo-nos com a falta de informação bibliográfica no que diz respeito

ao período de 1875 a 1920, principalmente dados sobre a cana-de-açúcar, usinas anteriores à pesquisada (que foram citadas como adquiridas mais tarde pela Agroindústria USATI) e informações referentes à economia do Vale. A falta desses dados não invalidam nosso trabalho, na medida em que pudemos, via entrevistas, reconstruir a história da economia canavieira. (Período anterior à criação da Usina de São João Batista. Ver item 5).

- (18) - FIBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censos Agropecuários de 1950 a 1980. Resumos históricos dos municípios.
- (19) - Walter Piazza: entrevista efetuada.
- (20) - Conforme pode ser melhor informado sobre tais questões nos estudos de Walter Piazza, Paulo Lago, Zuleica Mussi Lenzi, trabalhos de pesquisa recente sobre o Oeste e o Vale do Rio do Peixe, e os estudos que tratam da colonização alemã e italiana no estado catarinense. Ver bibliografia.
- (21) - BOITEUX, H. 1928: 4.
- (22) - Brasilienses: descendentes de famílias açoreanas que ocuparam o litoral aproximadamente 90 anos antes.
- (23) - H. BOITEUX - 1928: 19.
- (24) - BOITEUX, H. 1928: 20.
- (25) - Idem
- (26) - CABRAL, O. R. História de Santa Catarina - 1968:140.
- (27) - CABRAL, O. R. 1968.

- (28) - CABRAL, O. R. 1968.
- (29) - Já em 1786 o sertão havia sido explorado pelo Alferes Antônio José de Freitas Noronha em busca de pinheiros, a mando do governador da capitania, bem como a concessão de sesmarias a vários pretendentes, às margens do Rio Tijucas e localidades de Inferninho e outras regiões.
- (30) - BOITEUX, Lucas A. 1936: 50.
- (31) - Sistema de barricas em oposição ao de ensacamento.
- (32) - Ver cap. V.
- (33) - Prof. Walter Piazza indica: "*A primeira Usina de açúcar em Santa Catarina, Usina Adelaide, na localidade de Pedra de Amolar, cuja montagem e direção foi executada a partir de 1918, pelo técnico tcheco José Briza, que a pôs em funcionamento normal em 1919*", em Itajaí. Separata do III Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros, Porto Alegre, ed. UFRS, 1980. "*Modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã*".

II - OS COLONOS DO VALE

1. O acesso à terra
2. Os instrumentos de trabalho

II. OS COLONOS DO VALE

As famílias pesquisadas no Vale descendem de açoreanos, italianos e, ocasionalmente, de alemães. Justifica-se tal composição - conforme foi demonstrado no capítulo primeiro - por ter sido o povoamento feito a partir do assentamento de famílias açoreanas no litoral catarinense, bem como pela instalação de colônias formadas por famílias italianas. O tipo de ocupação efetuada, com a distribuição de parcelas de terra às famílias de então, definiu a estrutura agrária predominante no Vale, qual seja, a propriedade de produção familiar, prolongando-se ao longo da história da região até à década de cinquenta, quase dez anos após a instalação da Usina.

O fim do engenho de açúcar grosso foi decorrência da criação da Usina.⁽¹⁾

A organização das atividades econômicas para a consecução de seus meios de vida estão, portanto, condicionadas ao seu desenvolvimento histórico. Neste sentido, entendemos que as várias formas assumidas pela organização das atividades produtivas são maneiras que não dependem exclusivamente da escolha dos colonos, nem só de sua liberdade subjetiva de organização, mas são produtos do esforço pela sobrevivência.

1. O acesso à terra

No Vale existe tanto a propriedade da terra como o arrendamento, "*a meia*" e a "*parceria*". O pagamento de rendas é feito por produção de "*três em um*", "*quatro em um*", "*cinco em um*".⁽²⁾ Preferencialmente, a *meia* e a *parceria* se realizam entre parentes (consangüíneos e afins). Os acordos efetuados entre as partes variam em função do tipo de cultura a ser plantada. No plantio de alimentos ("*do gasto*"), entrega-se uma parte em espécie ao dono da terra; no de produtos de comércio (cana e fumo), o dono da terra recebe a remuneração do comprador e "*ao fazer as contas entrega a parte do arrendatário*". Neste momento, o dono da terra desconta: a) pagamento das despesas efetuadas, caso tenha sido feito empréstimo; b) a entrega do terreno já "*virado*", quando o dono da terra aluga trator de outro colono; c) o pagamento da força de trabalho de "*alugados*".⁽³⁾ Especificamente no fumo, considera ainda o pagamento da lenha a ser queimada na secagem e, na cana, o pagamento do frete do carregamento até às "*esteiras da Usina*". Contratos escritos são raros, pois as relações de vizinhança e compadrio definem a confiança existente entre as partes.

A prática de arrendamento não é recente, pois, ao se referirem ao passado, os colonos descrevem: "*as famílias pobres*" sem terra, (que participavam na produção de açúcar grosso e da farinha para complementar a força de trabalho familiar dos colonos fortes), ao término das sa

fras de produção de açúcar e farinha, pagavam renda pelo uso da terra desses colonos com plantios de subsistência. Além de receberem permissão para residir em paióis ou em pequenas casas como "agregados" e/ou "alugados" com suas famílias, recebiam dos colonos fortes o leite para a "turma pequena".

Atualmente, o arrendamento é feito tanto pelos colonos com terras insuficientes para absorver a força de trabalho familiar quanto pelos que não têm terra (por não terem recebido "herança"), nem condições de acumular o suficiente para adquiri-la e ainda não se decidiram a ir para a cidade. Ocupam-se como "alugado" ou arrendando terras daqueles colonos que são proprietários com escassez de força de trabalho. Esta escassez se dá pela migração dos filhos que estudaram e, ao adquirirem a maioridade, optaram pela cidade em busca do salário "para ter o dinheiro mensal" que a lavoura não lhes proporciona.

Em sua grande maioria, os colonos, além de deterem a propriedade da terra, são produtores diretos, com controle do processo de produção. Fazem uso do "alugado" somente em determinados períodos.

O tamanho médio da propriedade é em torno de menos de oitenta hectares, com concentração na faixa de menos de trinta hectares, tendendo, com a subdivisão por herança, à faixa de menos de dez (10 ha).⁽⁴⁾

Em sua maioria, a aquisição dessas terras se deu por herança pelo chefe da família ou pela mulher, sendo, conseqüentemente, somada ao tamanho da proprie-

dade familiar. O sistema de herança não contradiz o código civil. Quando a aquisição foi efetuada por compra, o dinheiro proveio da ajuda do pai na época da constituição da nova unidade familiar.

A ajuda se concretizou pelo custeio dado pelos pais, "por um ano de comida" ou compra feita a partir da herança de irmãos ou cunhados, sendo citados, também, casos de "adquirir por compra das economias que tinha", advindas com a lavoura do fumo; "quando o preço alcançado dava lucro".

Seguem declarações de colonos que ilustram o processo de aquisição de terras a partir do auxílio paterno:

Colono I

"adquiri por pedaços de 4 e 3 ha., vendi um, comprei outro. A primeira, na propriedade do pai, quando solteiro".

Colono II - Faz 29 anos que possui.

"adquiri com ganho que tive com o pai" emprestou do pai, "depois paguei pra ele".

Colono III - Possui 4 ha.

"ganhei do falecido pai, todos os filhos saíram e fiquei com ele para cuidar, trabalhei pra o pai até os 25 anos, quando casei".

Colono IV - Recém-casado, com 26 anos de idade, tem 22 ha..

"com a sobra do dinheiro do ano da lavoura, g_{an}hei primeiro com a safra do fumo, tinha colheita do gasto para o pai, comecei a juntar com dezoito anos".

Uso do arrendamento, meia e parceria

A meia e a parceria s^o acontecem entre parentes: a) entre pai e filho; b) entre irm^os; c) entre cunhados; d) sogro e genro.

Se acontece entre pai e filho, poder^ã haver duas situa^oes: ao trabalharem juntos a terra do pai, a divis^o ser^ã de meia, mas, quando os pais j^ã est^o em idade avan^çada e n^o podem mais trabalhar, o filho passa a entregar uma parte do produto da lavoura do "gasto" para os pais, com a finalidade de que estes tenham seu sustento garantido. No caso da lavoura do com^{er}cio, ser^ã dado uma quantia em dinheiro aos pais com a mesma finalidade.⁽⁵⁾

N^o encontramos um padr^o nas quantias ou quantidades entregues ao pai nestes casos. Parece-nos que h^ã arranjos familiares que definem essas doa^çoes, pois, quando a m^ãe ^é vi^uva, reside com filho ou filha, recebe destes uma quantia em dinheiro ou quantidade de produtos da lavoura "mi^uda".

Assim é que afirma um colono:

"tenho 54 ha., adquirido por compra, e outro pedaço de meia com irmão, outro pedaço de herança dos pais. Na terra trabalhamos duas famílias, depois repartimos".

A situação que encontramos nas famílias pesquisadas vem confirmar o quanto é determinante para a reprodução do colono no Vale o número de filhos, pois os colonos que têm terra mas não têm mais filhos para trabalho na lavoura passam a ter que arrendar ou vender a sua terra para outros, caso o casal não esteja mais com idade e saúde para exercer atividades na lavoura.

O arrendamento só ocorre entre não parentes, acontecendo o pagamento pelo uso da terra conforme acordos entre as partes, tendo variações de "três em um" até "seis em um" e, algumas vezes, o pagamento em dinheiro, sem permitir, neste caso, a interferência do "patrão" na produção, conforme ilustra o exemplo abaixo:

A unidade familiar é formada pela mãe viúva, filho solteiro de 39 anos e o filho casado com dois filhos menores de seis anos. A terra foi herança com 2,5 ha., onde se planta para consumo. Em terra alugada, com contrato, plantam milho e cana, pagando uma certa quantia em dinheiro por ano pelo uso da terra, por ser contrário ao pagamento em produção.

"Pagar em produto, dá sempre confusão, o pa

trão sempre dá opinião, fica dependente do patrão. Em dinheiro, recebe o que é pra receber".

2. Os instrumentos de trabalho

Em sua maioria, os colonos são proprietários daqueles instrumentos que são usuais e imprescindíveis à lavoura, tais como: "enxada, foices, pã, machado, empregados nos trabalhos de capinação, roça de pasto, para fincar mourão e contar lenha".

O arado, o cultivador, o aleirador, a carpinadeira e a grade são utilizados atrelados à parrelha de boi ou de cavalo. Os trabalhos que são executados com auxílio destes instrumentos são: a aração, a cultura, a aleiração, a capinação e a gradeação, que correspondem às etapas de preparação do solo, do plantio, dos cuidados no período de crescimento da lavoura do "gasto" e do comércio. Há diferenças quanto ao uso de adubo específico para cada lavoura, que necessita primeiro ser semeada em canteiros e depois transportada (caso do fumo).

Os que possuem trator (Tobatta e Valmet) já se referem ao uso da enxada como sendo ultrapassada: "não se usa mais".

A aplicação de adubos, fertilizantes, inseticidas está ligada mais à lavoura do comércio. No entanto, para matar o capim (cebolinha) geralmente usam o herbicida, seja na "roça miúda"⁽⁶⁾ ou na lavoura do comércio. Na lavoura de cana, fazem uso do calcário, uréia, adubo (NPK 10/30/30), principalmente quando o plantio foi financiado, o que exige o "plantio dentro da técnica".

O "dentro da técnica" é exigên-

cia colocada pelos técnicos da ACARESC⁽⁷⁾ que, ao fazerem o Plano de Financiamento, determinam quantia e custo de adubos e fertilizantes, os quais já ficam retidos no Banco e são repassados para a firma vendedora de tais produtos. Os colonos que conseguem plantar sem financiamento restringem-se ao uso do adubo de gado (esterco - estrume).

Na lavoura do fumo, que envolve financiamento de custeio, o uso de adubos, corretivos, herbicidas e fertilizantes é bem maior, requerendo cuidados especiais com sua aplicação, porque ameaçam, em caso de acidente, a vida do plantador.

O plantador de fumo possui, além dos instrumentos citados, outros equipamentos específicos a esta cultura: a estufa (construção alta de alvenaria), com toda a estrutura de canos para distribuição do aquecimento para secagem, os paus, as varas para amarração do fumo, os panos para cobertura das sementeiras e a lenha.

Alguns colonos possuem, ainda, a máquina de fazer ração, a saraquã (máquina manual para o plantio do feijão) e a descascadeira de arroz. Ao fazerem uso destas para outros colonos cobram por quilo da produção descascada ou moída quando é usada a atafona (máquina que tritura o milho para ração e farinha de fubá).

Outros instrumentos são indicados: o rastel, o barcelador, a motosserra, o riscador, o pulverizador, etc..

O carro de boi ainda é o principal meio de transportar os instrumentos de trabalho e a carga da lavoura, podendo ser engatada ao animal a carroça, ou a zorra (caixa de madeira sem roda puxada pelo boi de serviço para carregamento da lavoura).

Entre os entrevistados, encontramos 16 proprietários de tratores, 10 de caminhões e 8 de automóveis (maior preferência pelo Volks). Os colonos que possuem tais máquinas procuram efetuar seu pagamento com os rendimentos auferidos com a prestação de serviços, cobrados por hora aos outros colonos. (8)

NOTAS DO CAPÍTULO II

- (1) - Ver capítulo V. O nascimento da Usina e a morte do engenheiro (onde desenvolvemos o assunto).
- (2) - Do total da produção, de cada três partes ou quatro ou cinco, uma fica com o dono da terra.
- (3) - Acertos de "*empreitada de trabalho*" (tarefas) por dia, por semana ou mensal, quando as pessoas residem em casas cedidas pelo dono da terra.
- (4) - Ver nos depoimentos dos colonos na página seguinte.
- (5) - Similar aos casos relatados por Giralda Seyferth (1974: 81) na região de colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim.
- (6) - "*Roga mlũda*": lavoura do gasto que pode ser também comercializada: feijão, arroz e milho.
- (7) - Associação de Crédito Agrícola Rural do Estado de Santa Catarina.
- (8) - Ver figuras 5 e 6 na página seguinte.



Figura 5 - Colono com arado

Figura 6 - Filho de colono com trator Tobatta

III - UNIDADE DE RESIDÊNCIA E UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO -

A ATUALIDADE

1. Divisão do trabalho
2. A definição dos espaços
3. Divisão do tempo agrícola
 - a. Ciclo agrícola do colono do Vale
 - b. Destino da produção da unidade familiar
4. O processo de produção atual da lavoura da cana

III - UNIDADE DE RESIDÊNCIA E UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO -
A ATUALIDADE (1)

O critério para definir a unidade de produção e consumo não é a propriedade legal da terra, mas a unidade de residência da família nuclear.

M - Quer dizer que o terreno continua todo em seu nome, Sr. R.

R - "É, é isso mesmo, a gente dá um pedaço de terra para os filhos trabalhar, eles escolhem o que plantar, a escolha é do filho (...). Não, eles não plantam juntos quer dizer, que um planta aqui, outro planta aí."

M - Quer dizer, cada um vai ter sua roça separada?

R - "Cada um tem a sua, cada um manda no que é seu."

A residência abriga a família nuclear, composta de pai, mãe e filhos menores e solteiros e, eventualmente, os avós. No entanto, é comum encontrarmos distribuídas, em uma mesma propriedade, casas dos pais (donos da terra) e dos filhos casados. Cada uma dessas casas se caracteriza como unidade de produção e consumo.

Ao redor de cada casa temos o quintal, a criação de aves e de porcos. Os filhos casados que residem na terra do pai têm autonomia para produzirem lavoura para consumo e para comércio, não implicando pagamento de renda.

da ao pai, pelo uso da terra. No entanto, os filhos casados com suas famílias, podem, eventualmente, trabalhar em lavouras do pai, e assim acontecendo, seu trabalho será remunerado em dinheiro ou em produto, sendo computadas as horas de serviço e as necessidades de cada unidade familiar.

M - E na parte da plantação do Sr.?

R - "A plantação é toda minha, aí a família trabalha na plantação, cada um ganha o seu tantozinho, claro, cada um tem que ganhar, um ganha um tanto, outro ganha outro. Ali, a gente vai ver o que é e que eles trabalharam por dia, e no fim da semana a gente faz as contas e parte o dinheiro, sabe? Não são assim, por exemplo, empregados, trabalham todos juntos, mas a gente, a gente também é cristão, então a gente tem que pagar eles também porque eles, têm as famílias deles."

M - E este pagamento é em forma de dinheiro ou de produção?

R - "Em dinheiro, em produção, no que eles precisam, precisam nê, no que tem necessidade."

1. Divisão do trabalho

O papel desempenhado na produção por cada um dos elementos do grupo familiar é definido a partir da idade, sexo e parentesco.

O pai, enquanto chefe de família, detém a autoridade para determinar a organização da produção, a divisão do trabalho e para decidir quanto à formação escolar do filho e da filha. Esta autoridade mantém-se até à idade de 18 anos, no caso do filho, idade em que ele pode optar por ir embora ou requerer um pedaço de terra onde plantará para si, visando "*iniciar a vida em algum negócio*". No caso da filha, a autoridade paterna será mantida enquanto ela permanecer solteira na casa do pai. Aos dezoito anos, ela pode decidir ir para a cidade como operária ou empregada doméstica.

O pai ainda é responsável por:

- a) confecção de determinados instrumentos de trabalho (cabos de enxada, pocilga, galinheiro, forno de lenha, etc), bem como o conserto destes instrumentos;
- b) corte de lenha com ajuda de um dos filhos solteiros;
- c) resolução dos "*negócios de banco*" (empréstimos e financiamentos);
- d) aquisição de instrumentos;
- e) abate de porcos;
- f) trabalho da lavoura "*miúda*", (feijão, milho, arroz, e aipim); lavoura de comércio (cana, fumo, mandioca);
- g) o cuidado com a parelha de cavalo ou junta de boi para tra

balho e com o gado para venda, quando existe.

A mãe, com ajuda das filhas, é responsável pelas tarefas domésticas de preparação de alimentos, limpeza da casa, lavagem das roupas, conservação do vestuário ou sua confecção, preparação e sementeira do quintal (horta) e da roça de batata doce, além da alimentação da criação "pequena" (aves e porcos), confecção de sabão, preparo da massa do pão caseiro, doces tipo geléia para serem consumidos com o pão (schmier) e torrefação do café. Tirar o leite da vaca e fazer o queijo, quando a produção é superior ao consumo do grupo, são também tarefas femininas (entre aquelas unidades familiares que possuem criação superior a três animais). Além destas atividades exclusivamente femininas, a mãe (que não tem filhos pequenos) e as outras mulheres da família ajudam na lavoura de "gasto" e do comércio ao término de suas tarefas exclusivas. Quanto à lavoura, geralmente elas executam, com a enxada, as mesmas atividades feitas pelo homem, exceto a aplicação de herbicidas, de inseticidas e o corte de lenha na mata.

Os filhos iniciam sua participação no processo de trabalho familiar a partir dos sete (7) anos, independente do sexo, idade em que também começam a frequentar a escola, quando já alimentam a criação de aves e porcos e puxam cavalo ou boi de serviço. Inicialmente, ajudam a mãe na horta (quintal) e na lavoura de consumo. Na lavoura de comércio, no caso da cana-de-açúcar, executam "amarração"

dos feixes (de 10 anos em diante). No fumo, podem ajudar a olhar o fogo durante o dia e a amarrar as folhas. Ao doze anos já fazem limpeza de pasto, tiram leite e buscam trato para gado, além de acompanharem o pai às lavouras em geral; nesta idade já estão totalmente integrados aos trabalhos da unidade de produção.

Os filhos frequentam a escola até a 4a. série do primeiro grau e, neste tempo, sua participação nos trabalhos da lavoura e da casa são efetuados sempre em meio período.

O número de filhos varia de quatro a seis entre os casais mais novos, e de oito a onze entre os de idade mais avançada.

As mulheres casam a partir da idade de 17 anos e os homens depois dos 21 anos, idade esta em que já constituíram um início de lavoura própria. Ao casarem, os filhos homens recebem ajuda quando os pais têm condições para isso e quando optam por permanecerem na lavoura.

O mesmo aplica-se à mulher que, ao sair para "trabalhar fora" (na cidade), perde o privilégio desta ajuda paterna. O tipo de ajuda para o homem é a construção da casa, um pedaço de terra para plantar lavoura para o gado, um bezerro. A mulher, por sua vez, recebe a "festa" ou o "banquete", "um enxovalzinho", "algumas galinhas" para iniciar a criação e, dependendo das condições da unidade familiar,

pode também receber uma máquina de costura. O pai do rapaz pode sustentar por um ano o casal até que o mesmo se firme, ou seja "um ano de venda" (isto é, o pagamento de mercearia e/ou outros produtos que ainda não esteja produzindo na lavoura do gasto, pelo período de um ano).

Este tipo de ajuda já era praticada pelos seus avós.

A esperança dos pais sempre é comprar terras para que seus filhos permaneçam como colonos. Quando algum filho sai, esperam o seu retorno caso a cidade não atenda a sua expectativa.

Colono I - "o pai luta para o filho ficar na lavoura. Até 18 anos, os pais conseguem segurar por ter o filho obediência ao pai. Após os 18 anos, o filho pode tomar a decisão de ir trabalhar na fãrbica, para ele."

Colono II - "A família sempre vai comprando terra pra ficar aqui mesmo"...

Colono III - "Fico quase doido quando um filho sai..."

Colono IV - "No começo, a gente sente falta, depois a gente acostuma. Ele saiu porque a roça não dava. Se tivesse ficado, tinha condições de comprar terra porque eles ajudavam."

Colono V - "Se o agricultor pára, o mundo pára (...) não devia de sair (os filhos). Alguns saem porque não têm terra pra trabalhar."

Colono VI - M.: O sr. pensa que seus filhos podem ficar aqui na terra com o Sr.? O que pensa do futuro dos filhos?

P - "Vai ficar pior, eu acho, pelo que taí. Vai ficar pior porque o meu pai, quando ele veio aqui, ele era, ele aqui e a irmã dele aí em baixo. Tinha pouca gente por aqui, agora tem os filhos do pai todo nê, tudo não (...) Agora, vem os netos dele tudo, vamos dizer, e a terra vai diminuindo nê, a terra aumenta mais por mais gente, a terra vai ficando pouca. Se pudesse comprar, se eu encontrar um

*terreno que pudesse fazer uma casa,
eu comprava."*

Pelos depoimentos, percebemos que os colonos têm consciência de que a terra está escasseando e são realistas na procura de alternativas para os filhos. Apesar das dificuldades de obtenção de terras, entretanto, sua vontade é de que seus filhos permaneçam na terra como colonos.

2. A definição dos espaços (2)

As casas estão localizadas preferencialmente próximas às margens de um rio ou córrego dos que banham a região, e perto das estradas vicinais. As residências são construções de madeira, encontrando-se também estruturas de alvenaria, principalmente entre os descendentes de italianos. Os arrendatários têm casas nos mesmos padrões dos proprietários de terra ou dos que moram em terra do pai. A casa dos arrendatários é de sua propriedade, ainda que sobre terreno alheio, mas é comum terem a propriedade do pedaço de terra onde a mesma está fixada. As diferenças que percebemos estão no nível das facilidades e das utilidades domésticas, que existem em menor quantidade e variedade nas casas de arrendatários. É provável que isto aconteça por terem menor disponibilidade de dinheiro.

Na frente da casa são cultivados jardins com flores e folhagens, aos quais as mulheres dispõem cuidados especiais. Raras residências não são servidas por energia elétrica e água encanada; apenas aquelas situadas nos morros ou outros lugares de difícil acesso. Isto raramente acontece porque todas as comunidades estão ligadas por pequenas estradas municipais, que recebem cuidados da administração após cada período de chuva intensa.

As casas estão divididas internamente em: um amplo compartimento, onde estão dispostos, além

da mesa de refeições, a geladeira, a televisão, o armário de louças e mais um pequeno espaço chamado de despensa, onde se guarda os mantimentos para o "gasto". Neste compartimento são feitas as refeições da família e as transformações dos alimentos em fogão a lenha, que serve ao aquecimento dos membros da família no inverno. Neste mesmo local realizam-se as conversas familiares e com vizinhos e/ou "conhecidos" que passam ao final do dia pela casa. Podemos caracterizá-lo como "o centro social da residência". Encontramos sempre uma sala, que pode ser chamada de "sala de visitas", por ser raramente utilizada. No entanto, um conjunto de fôrmica e/ou um conjunto de estofados são ali dispostos. Ao nos referirmos ao conjunto de fôrmica, de jantar, fazemo-lo para diferenciá-lo da mesa de refeições diárias que, em sua maioria, é de madeira simples, sem cobertura, acompanhada de bancos, apenas envernizados.

Ao lado ou em frente da "sala de visitas" vamos encontrar os quartos destinados ao descanso noturno, em geral três e raramente quatro.

Em um "puxado", parte contínua em direção aos "fundos" da residência, temos o lavatório dos utensílios domésticos, onde se faz também a limpeza dos animais abatidos, inclusive a transformação do porco, quando abatido pelo pai, além da lavagem das roupas. Ultimamente, vem sendo instalados nesta parte os banheiros, recomendados pelo técnico da ACARESC. Nas residências em que ainda não foram efetuadas estas modificações, geralmente a instalação está localiza

da fora da casa, nos fundos (uma casinha de madeira), enquanto para o banho há, em algumas casas, um compartimento destinado a tal fim.

Nos arredores da residência está disposta (pelas laterais e pelos fundos) a horta, trabalhada pela mulher e filhos, onde se cultiva cenoura, beterraba, cebola, repolho, couve-flor, tomate e "verdes" (alface, temperos verdes e couve), produtos que são serão vendidos eventualmente pela mulher, quando vêm a ser procurados em casa.

Estas verduras são, em geral, transformadas em conservas para consumo durante o período que não são produzidas. Atrás da casa está instalada a casa do porco, que é criado preso com o objetivo de engordar. Ao atingir peso e gordura suficientes, é abatido e transformado em banha para uso doméstico em frituras e suas carnes são salgadas para serem consumidas com o feijão. Ao ano, o consumo de porcos por estas famílias não excede três unidades, e o cálculo da duração da banha está em torno de 3 a 4 meses. A cada porco abatido, outro é adquirido e colocado em seu lugar. Este porco é alimentado com restos de comida e com milho produzido na propriedade. Mas, quando o colono possui criação que exceda a dois, vende para outros colonos.

Perto da pocilga localiza-se o galinheiro. O número da "criação de penas" nunca é menor que 30 e no máximo atingindo 80. É composta por galinhas caipiras, patos, marrecos, perus, gansos e galinhas-de-angola. Criados

soltos, são recolhidos ao final da tarde. Na maior parte, esta criação se destina ao consumo da família, eventualmente sendo comercializados os ovos e as aves. Essa comercialização é atribuição da mulher e, como no caso dos produtos da horta, só acontece quando o comprador vem à porta ou para atender algum vizinho⁽³⁾. As árvores frutíferas (laranjeiras, limoeiros, mamoeiros, goiabeiras, - quando apenas para o consumo do grupo familiar) estão distribuídas pelo espaço do quintal.

Ao lado da residência localiza-se o paiol, onde se guarda, além dos implementos agrícolas, as colheitas de consumo. Perto do paiol está a estufa para secagem do fumo, quando a família o produz. Sua proximidade da casa se justifica pela necessidade da presença constante de uma pessoa durante a "estufada", período de 4 a 8 dias ininterruptos. Carregado e aceso o fogo, a estufa necessita ser alimentada regularmente para que se mantenha a temperatura constante. Caso isto não aconteça, poderá haver perda de qualidade de fumo, que então receberá baixa classificação pela companhia compradora. Para esse controle programam-se turnos entre os adultos, preferencialmente entre os homens. As mulheres participam na medida que a unidade familiar não disponha de homens suficientes para dar conta da vigilância do fogo.

Todas as unidades familiares têm uma ou mais "vaquinhas de leite" que são guardadas em uma estrebaria, geralmente à distância de 30 a 40 metros da residência. A ordenha é tarefa feminina, enquanto que o "trato dos ani

mais" é trazido pelo chefe da família ou pelos filhos homens. Mas, se uma vaca ou um bezerro é dado a um dos filhos homens, este fica responsável por todos os cuidados com ele, inclusive a ordenha.

Quando a quantidade de leite é superior à do consumo da unidade familiar, o queijo é produzido e comercializado nas "vendas" locais ou com outros colonos.

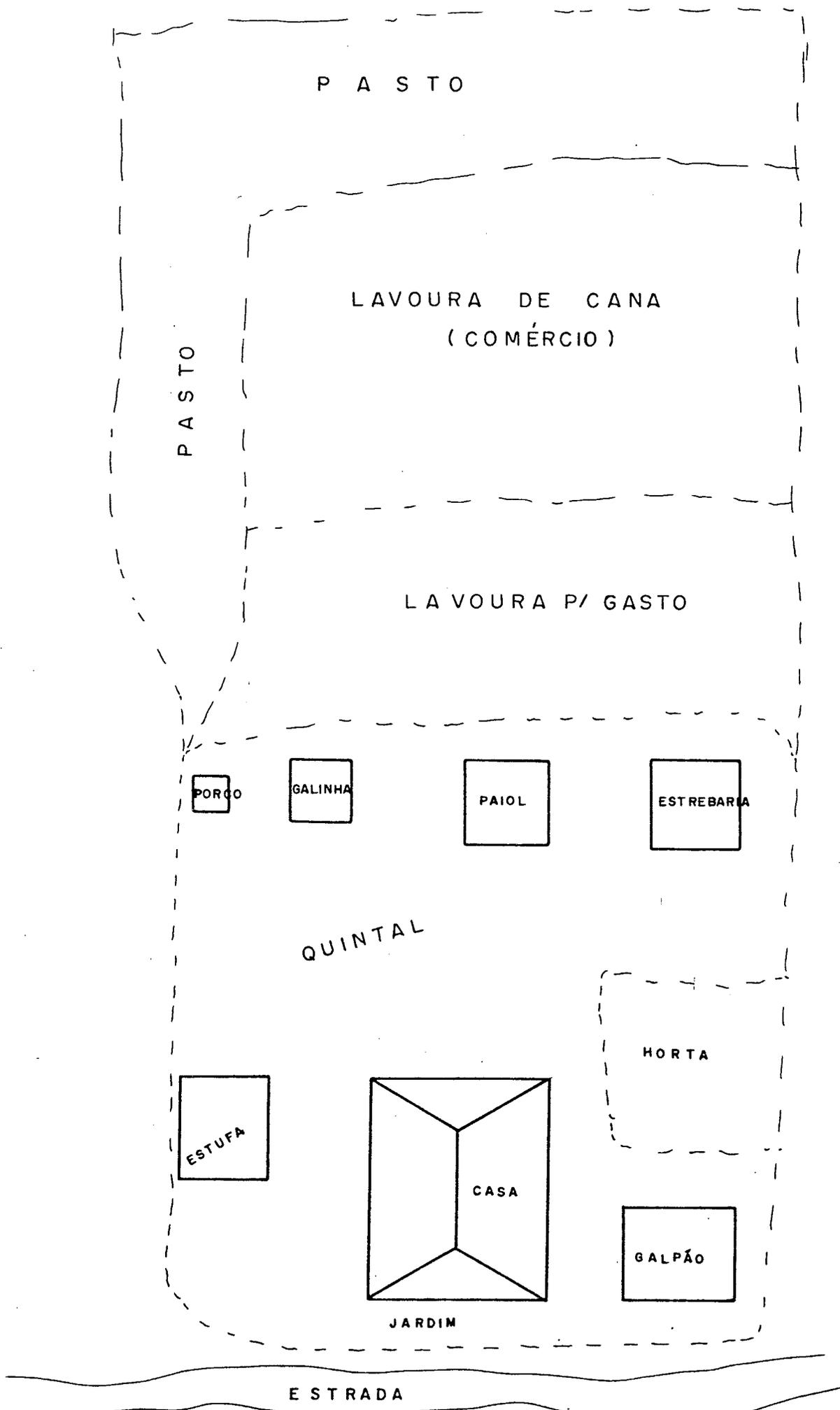
O grupo familiar desenvolve suas atividades de trabalho com a terra não muito longe do seu local de residência, pois as plantações, sejam para o consumo ou comércio, estão dispostas logo após o espaço ocupado pela "horta ou quintal" e "da criação". Os trabalhos que exigem um afastamento maior são o de corte de lenha, uma vez que, para conseguí-la, os homens deslocam-se aos morros onde está a "mata" - ou quando prestam serviços a outros com caminhão ou trator. Para quem planta por arrendamento, as terras estão localizadas a não mais que 2 km de distância. A roça de batata-doce, de aipim (para criação), de abóbora e de outros produtos plantados para o "gasto", mas que hoje não mais atingem todos os colonos; alguns pés de café, que é secado e torrado pela mulher; de amendoim, consumido geralmente ao redor do fogo de lenha nos bate-papos familiares e com vizinhos, são plantados logo após o espaço do "quintal".

O plantio que se destina ao consumo e que pode ser comercializado após ser retirada a quantidade necessária à unidade familiar, geralmente é cultivado no

local da lavoura do fumo após o término de sua colheita.

Planta-se o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, chamada "*planta em rotação com o fumo*". Participam desta lavoura os homens, as mulheres e os filhos a partir dos 12 anos. No entanto a preparação do solo, quando feita por trator, cabe ao filho homem e ao próprio chefe, sendo a colheita executada por toda a unidade familiar. Quem não planta fumo tem essa lavoura no espaço posterior ao quintal e, na falta de terra, arrenda o suficiente para o plantio.

PLANTA BAIXA DA DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS



PLANTA BAIXA DA UNIDADE DE RESIDÊNCIA

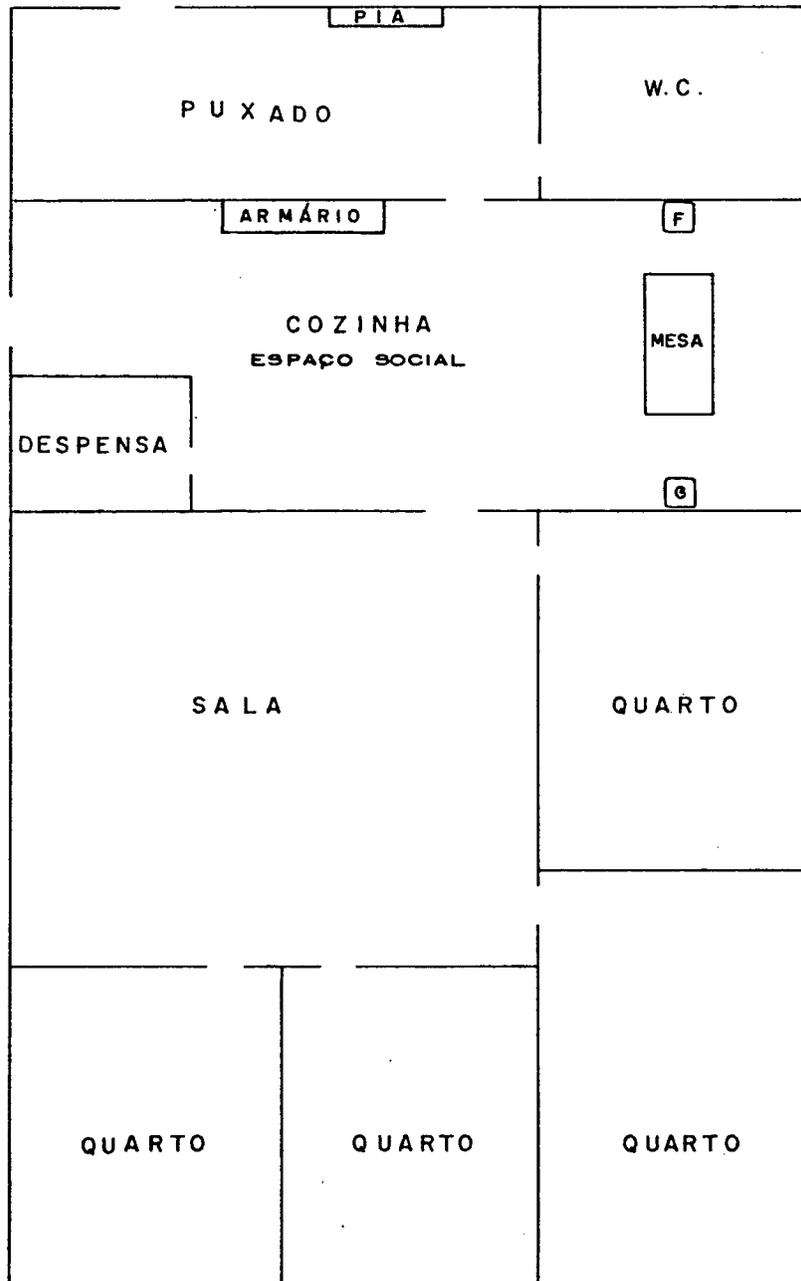


Figura 9 - Antigo engenho e estufa de fumo

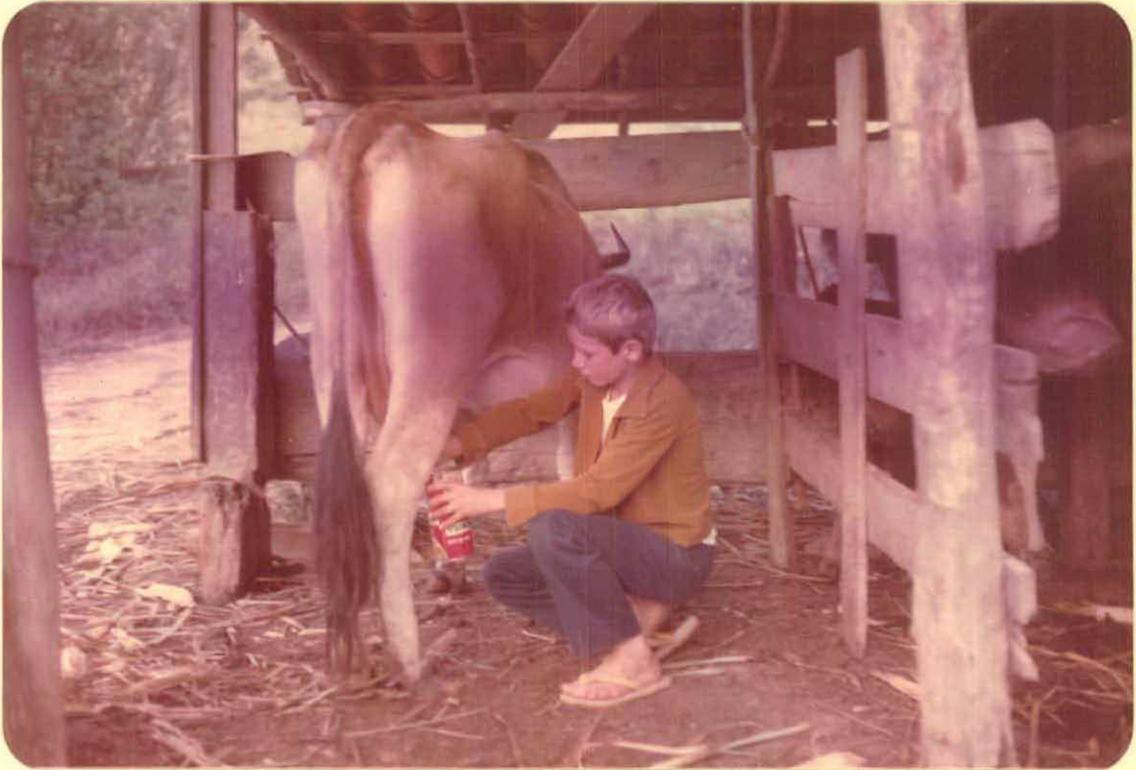


Figura 10 - Ordenha (filho)



Figura 11 - Limpeza do pasto (filhos)



Figura 12 - Horta doméstica

Figura 13 - Quintal



Figura 14 - Torrefação do café



Figura 15 - Ordenha (mãe)

3. Divisão do tempo no ano agrícola

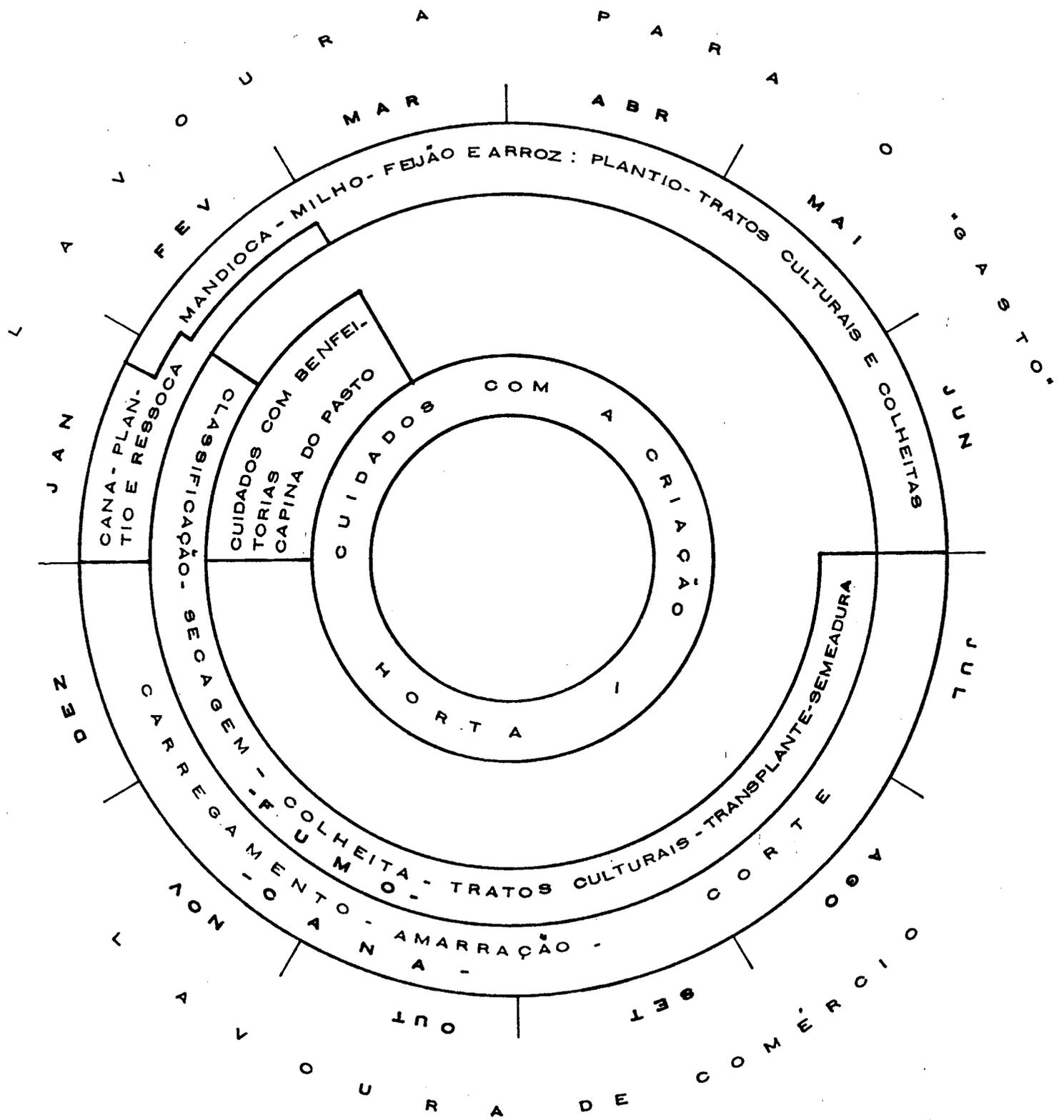
a) Ciclo agrícola anual: plantio e colheita

A primeira divisão feita pelo colono é a de que o verão representa a época do plantio, em oposição ao inverno, que envolve as atividades ligadas com a colheita e com o comércio - corte de cana e lavoura do fumo.

A descrição das atividades que ocupam a unidade de produção familiar permitiu-nos a elaboração do ciclo anual agrícola do colono do Vale (figura 16), bem como a ocupação mais usual do solo pelas Unidades Familiares de Produção:

Plantio para o "gasto"	- 1/2 ha.
Pasto	- 3 ha.
Casa - paiol - quintal	- 1/2 ha.
Lavoura para comércio	- 4 ha.
Área de reserva para lenha (morros)	- 1 ha.

ANO AGRÍCOLA DO COLONO NO VALE DO RIO TIJUCAS



b) Destino da produção da unidade familiar

QUADRO 4 - DESTINO DA PRODUÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

ESPECIFICAÇÃO	GASTO	C O M É R C I O			
		EVEN-TUAL		VE-NDEDOR	COM-PRADOR
		REG-ULAR			
CRIAÇÃO					
Aves	X	X	Mulher	Vizinhança à porta (1)	
Ovos	X	X	Mulher	Vizinhança à porta	
Gado	X	X	Chefe da Unidade	Donos de açougue/outros colonos	
Leite	X	X	Mulher	Outros colonos	
Queijo	X	X	Ch.Unidade	Donos de venda local/a outros colonos	
Porcos	X	X	Ch.Unidade	Outras unidades	
Horta	X	X	Mulher	Vizinhança/residentes na sede municipal	
LAVOURAS					
Arroz	X	X	Ch.Unidade	Vendas locais/armazéns sede municipal/outros colonos	
Feijão	X	X	Ch.Unidade	Vendas locais/armazéns sede municipal/outros colonos	
Milho	X	X	Ch.Unidade	Vendas locais/armazéns sede municipal/outros colonos	
Mandioca	X	X	Ch.Unidade	Vendas locais/armazéns sede municipal/outros colonos/Engenhos	
Farinha	X	X	Ch.Unidade	Vendas locais/armazéns sede municipal/outros colonos	
Caná-de-açúcar		X	Ch.Unidade	Usina	
Fumo		X	Ch.Unidade	Cias. de Tabaco	
Lenha	X	X	Ch.Unidade	Outros colonos/olarias	

FONTE: Pesquisa de Campo, 1979/80

(1) Operação rara. Dá-se exclusivamente para atender necessidades das Unidades.

4. O processo atual de produção da lavoura de cana

O colono, ao decidir-se pelo plantio da cana (decisão que cabe ao chefe da unidade familiar), dirige-se à ACARESC caso vá plantar com financiamento e, consequentemente, plantar "*dentro da técnica*".

O chefe da unidade familiar terá seu plano elaborado pelo agrônomo da ACARESC, o qual o encaminhará ao Banco juntamente com uma declaração de compromisso de compra da produção por parte da Usina, para devida aprovação. A garantia do pagamento desse financiamento está na própria cana quando comercializada pela Usina, pois esta, no momento de pagar a cana que foi fornecida pelo colono, repassa ao Banco a quantia referente à parcela do pagamento, bem como os juros. O Banco, por sua vez, repassa ao fornecedor o pagamento referente ao adubo, à uréia e ao calcário, conforme as quantias que foram especificadas no Plano. Por outro lado, se o colono for plantar com mudas da Usina, o pagamento também será repassado diretamente para a mesma, acontecendo idêntica operação se fizer uso do trator para preparação do solo, uma vez que não é mais concebido ser feito à enxada.

a 1ª. etapa do plantio de cana compreende o trabalho de sulcagem (aração e gradeação), quando é especificado o gasto que será feito com a força de trabalho, caso se use somente a familiar. Se o colono opta por fazer suas mudas (fato cada vez mais raro), este trabalho será feito pelos homens. Se usar o trator da Usina ou de outro colono, te

rã que pagar ao dono do trator pelas horas de uso. A segunda e terceira fases são o plantio e os cuidados posteriores ao cultivo, para a cana tomar força. Usualmente isto fica sob a responsabilidade do chefe da família, que pode requisitar toda a força de trabalho familiar. Os cuidados com a cana durante seu período de crescimento são chamados de "*tratos culturais*" - são cuidados de capinação (1 por safra) e cultivação (3 por safra), com a enxada.

A próxima etapa será o corte da cana, efetuado após 18 meses pelo chefe da família, junto com seus filhos e a mulher. O corte sem queima é o mais usado pelo colono, o qual vai entranto no canavial (homem adulto - chefe da família) e cortando cada cana, fazendo a limpa da "*olha*" e "*das folhas*" que serão juntadas em "*feixes*" ou "*molhos*" pela pessoa que vem logo a seguir (geralmente as crianças e mulheres). Estes são colocados em um cavalete e amarrados com as folhas da própria cana (amarração). Se a cana é queimada, terá que ser cortada dentro de 24 horas para que não perca a qualidade e o teor de sacarose. Neste caso, não será amarrada, apenas colocada nos reboques para transportar ao caminhão e ir direto à Usina.

O corte pode ser efetuado por vizinhos sem receberem pagamentos, apenas em troca da "*olha*" e da palha para alimentação do gado. Neste caso, quem corta não amarrará, acontecendo ser feita a amarração pelos filhos do dono da lavoura ou por vizinhos que poderão ser pagos (mulheres, crianças

ças, homens) por produção. Pode acontecer, também, a troca de trabalho entre vizinhos ou parentes. Do carregamento - colocação da cana cortada, amarrada ou não, para o caminhão ou o reboque da Usina que é puxado pelo boi de serviço ou trator de estrada - participam pai e filhos homens. A colocação da esteira da Usina implica no pagamento de frete aos caminhões da Usina ou de outro colono. O colono não acompanha a cana. Ao chegar à Usina, o motorista declara de quem é a cana, cujo peso é registrado em talões, bem como os "descontos"⁽⁴⁾, além do nome do produtor. Após 15 dias, o colono, ao apresentar este registro de entrega, receberá o pagamento já descontados os itens discriminados no Plano, quais sejam: 1) parcela do Banco; 2) juros; 3) mudas; 4) adubos; 5) horas de trator; 6) força de trabalho; 7) descontos de "bêlha" e palha (na pesagem); 8) FUNRURAL/Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) no preço total e 9) frete.

Pode o colono plantar sem ter nome registrado na Associação de Plantadores de Cana nem registro de cota, porque a Usina tem cota maior do que sua própria produção de cana e absorve a destes plantadores como se fosse sua. O registro que esse colono tem é somente o da Usina, que se constitui em uma caderneta com uma fotografia para identificação e registros de entrega de cana.

NOTAS DO CAPÍTULO III

- (1) - Ver planta baixa da propriedade familiar do Vale. (Figura 7).
- (2) - Ver planta na página seguinte. (Figura 8):
- (3) - Os ovos são consumidos quase que diariamente, e a carne de galinha destina-se, em sua maioria, a ser consumida aos domingos. No entanto, o consumo de carne de gado se dá duas, ou no máximo, três vezes por semana, adquirida no açougue ou nas vendas da localidade, podendo também ser comprada de comerciantes ambulantes que passam em suas residências uma vez por semana, não ultrapassando a quantia de dois a três quilos semanais.
- (4) - Ver em anexo uma folha de talão do registro do fornece
dor.

Figura 17 - Aspecto do crescimento do primeiro
plântio de cana

Figura 18 - Aspecto da cana (ressoca)



Figura 19 - Preparo para corte de cana I

Figura 20 - Preparo para corte de cana II

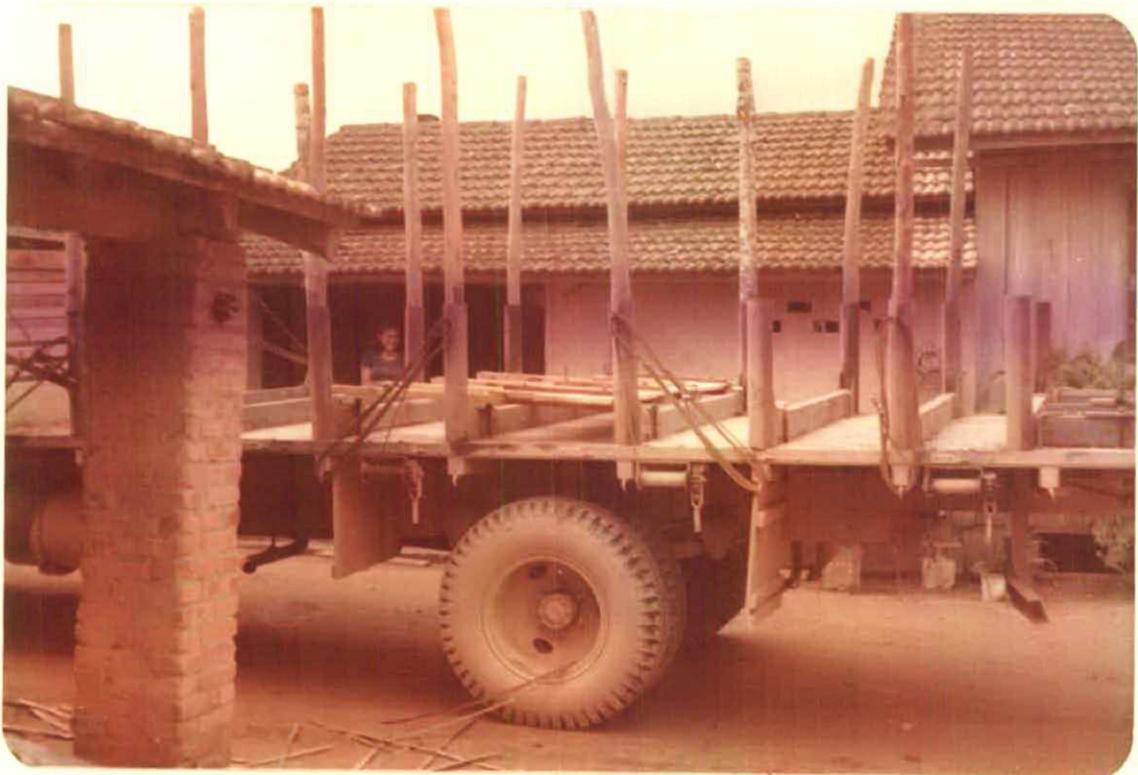


Figura 21 - Preparo para o corte de cana III



Figura 22 - Início do corte de cana (pai e filhos)



Figura 23 - Corte de cana: arrumação da cana cortada (filhos)



Figura 24 - Corte de cana: amarração da cana (palha de cana) nos cavaletes



Figura 25 - Corte de cana: participação do filho



Figura 26 - Corte de cana: "Olha da cana" para trato do gado



Figura 27 - Corte de cana: molhos de cana



Figura 28 - Corte de cana: um dia de trabalho



Figura 29 - Carregamento de cana I (pai e filhos)



Figura 30 - Carregamento de cana II (pai e filhos)

IV - UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO - À ÉPOCA DOS ENGENHOS

IV - UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO - À ÉPOCA DOS ENGENHOS

No período anterior à instalação da Usina, o processo de produção para consumo se organizava de forma não substancialmente diferente do que acontece na atualidade. As transformações que podemos indicar dizem respeito a:

a) os instrumentos de trabalho eram menos sofisticados, havendo o uso maior do boi ou cavalo como animal de tração (arado e atafona);

b) produziam as próprias sementes da lavoura "miúda", cuja qualidade não permitia mais do que uma colheita por ano, e o adubo próprio (esterco);

c) a diversidade de produtos de consumo era maior, pois não compravam azeite, manteiga, pó de café, por exemplo. Cada unidade familiar tinha o cafezal para consumo e fabricava a própria manteiga. A banha era utilizada como gordura para cozimento de alimentos. A carne de vaca era obtida dos próprios colonos vizinhos, quando não "charqueavam" seu próprio animal. Do vendeiro dependiam somente para o querosene, o sal, o vestuário (principalmente o listrado), e as partes de metal das ferramentas de trabalho;

d) o principal produto comercializável era o açúcar grosso, produzido nos engenhos dos colonos; o plantio da cana para este açúcar diferenciava-se do plantio atual pela não utilização de adubos (fertilizantes) e espaçamento menor entre as socas.

A produção do açúcar, como produ

ção acabado, implicava em reservar ao trabalho no engenho um tempo especial, ou seja, uma organização específica do tempo e ritmo de trabalho. O engenho exigia um dispêndio de força de trabalho que alguns colonos classificaram como "*sacrifício*". Após a colheita da cana - na quantidade possível de ser trabalhada de uma só vez no engenho - ela era passada pela moenda para extração da garapa. Esta era escorrida para o "*tacho de fogo para ferver*". Desta fervura preparava-se o melado e a espuma retirada servia para alimentação dos porcos.

"Quando o melado ficava bastante grosso passava para um cocho para ficar em repouso, durante de meio a um dia, e açucarar".

Durante o tempo deste repouso, iniciava-se o corte de mais cana para a próxima "*tachada*". O melado açucarado era colocado em barricas, por um período de oito a quinze dias, para escorrer. Quando "*abatesse*" mais ou menos 20 cm, era sinal de que só restava o açúcar na barrica. Este poderia ser, então, comercializado para o vendeiro que o secaria em tabuleiros ao sol, depois de retirada a quantidade destinada ao consumo familiar. Se fosse secado pelo colono, seriam usados ou lençóis ou esteiras. O melado recolhido era empregado na torrefação do café, na cachaça e no tratamento dos porcos. O açúcar que havia sido entregue aos vendeiros era repassado aos grandes atacadistas de Tijucas.

Toda a família participava desse processo. Os homens como força de trabalho principal, e as mu

lheres e crianças fazendo "serviços leves". A colheita e a amarração eram feitas nos mesmos moldes de hoje. A cana podia ser cortada no dia anterior ao início da moagem. A partir da moagem até à colocação em barricas, o trabalho era contínuo, exigindo a presença constante de pessoas que acionassem e controlassem o processo (alimentação do fogo do tacho, retirada da espuma, passagem dos cochos, etc.). "Às vezes nós entrava noite adentro".

O fabrico do açúcar se estendia de junho a dezembro. Durante este período, o engenho era o foco do trabalho da unidade familiar e, em muitos casos, de mais de uma unidade familiar, pois era comum várias famílias se reunirem no engenho para darem conta da produção de cada uma. Era também nestas ocasiões que se empregava colonos sem terra, caso faltasse força de trabalho. Cada família, aqui entendida como unidade de residência, plantava sua cana e fazia o seu açúcar, mesmo quando se utilizava da terra e/ou do engenho do pai. Pelo uso do engenho do pai ou de um vizinho deixava um tanto do produto.

Ao recordarem este tempo, geralmente os colonos mais velhos enfatizam que era um tempo de mais trabalho, de maior desgaste para a família.

M - Quer dizer que, na sua opinião, as pessoas não querem mais trabalhar na terra?

R - "Minha opinião é que, parece que houve um desânimo, porque quando nós éramos novos, nós trabalhávamos a semana to-

dinha, e, hoje, o próprio colono, sábado, ele não trabalha mais, sábado ele vai, passa o dia pra tirar ração, essas coisas, e há algum tempo não era assim."

M - Tirar ração não é trabalho, Sr. R.?

R - "É, mas aquilo pode tirar numa hora, duas horas, vai lá tirar, mas ele já tira no sábado até o meio dia, e no resto da tarde ele talvez não faz mais nada (...) e no nosso tempo nós dizia, eu mais o meu irmão, nós temos que tirar esta ração quase de noite, trabalhar o dia todo, porque se não quando chega no fim do mês, do ano, se nós perde esse sábado, que é dia de serviço, vai aparecer a falta, do milho, disso ou daquilo, por que tem o dia de chuva (...) e quantos dias fica na semana?..."

M - Era comum também se trabalhar o dia de domingo ou sempre se descansava?

R - "É, quando se fazia açúcar, muitas vezes domingo de tarde, moía uma tacha pra 2a. feira tá começado. Mas hoje, se fosse fazê isso ninguém mais faria, ninguém mais faz..."

O período de janeiro a junho era utilizado para o plantio e a colheita da subsistência. Ainda hoje, este é o período em que se cuida da "*lavoura miúda*".

No entanto, o período de junho a dezembro não é mais o "*período do Engenho*". É a época dos cortes da cana. E no tempo que "*sobra*", entre os cortes da cana, é que o colono pode se ocupar do plantio do fumo, mais uma colheita de comércio. Isto nos sugere que o trabalho com o corte da cana não é suficiente para a manutenção da unidade familiar. Mesmo porque os colonos evidenciaram uma preocupação em não ter dependência exclusiva do comércio da cana, apesar de reconhecerem-no como "*mais lucrativo*" do que o do fumo. O raciocínio que conduz a esta afirmação parte do cálculo que fazem sobre a quantidade e o ritmo de trabalho dispendido em cada lavoura. "*O fumo dá mais dinheiro, mas dá muito mais trabalho*", ao passo que o plantio da cana permite que o colono defina como distribuir seu tempo de trabalho, "*porque se eu não puder cortar a cana hoje, corto amanhã, a cana pode esperar*". Mas, a possibilidade de trabalhar as duas colheitas de comércio está limitada pelo tamanho da terra disponível e pela quantidade de força de trabalho, fatores de acesso ao crédito.



Figura 31 - casa de engenho de açúcar



Figura 32 - "Tacho de fogo" (em cobre)



Figura 33 - Interior da casa de engenho de açúcar
(ao fundo atafona)

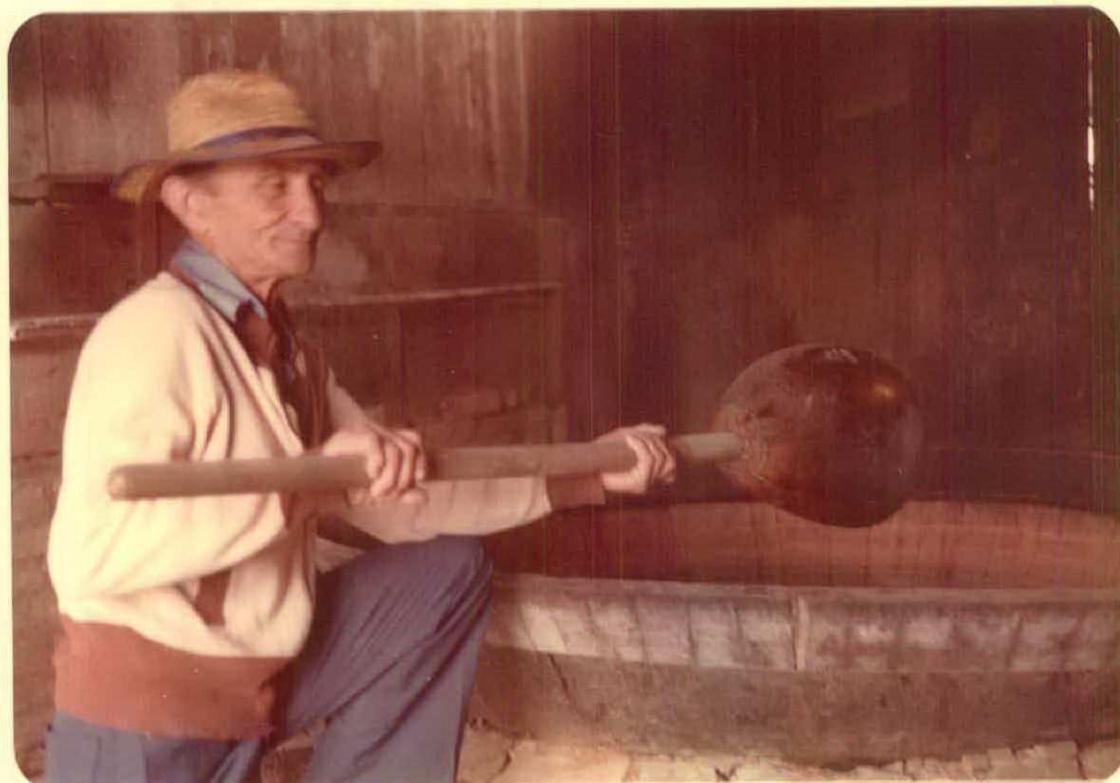


Figura 34 - Colono com concha de catuto ("cuia de caetê")

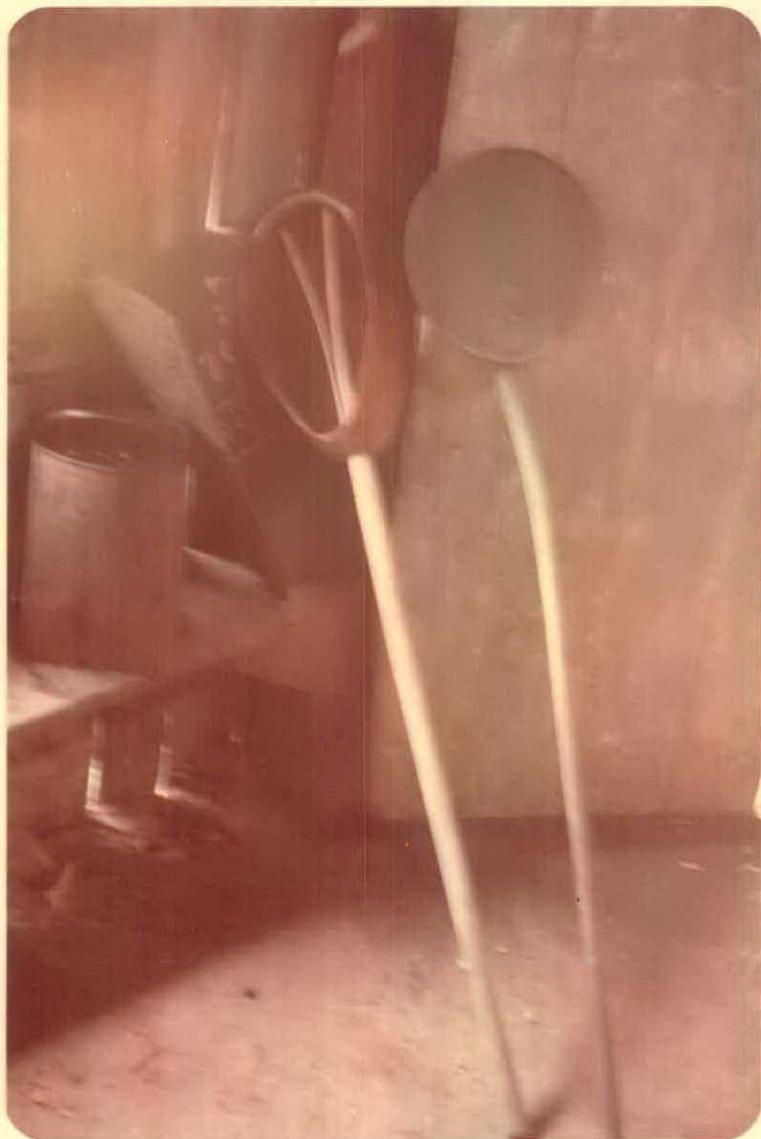


Figura 35 - Instrumentos usados no fabrico de açúcar grosso (concha de caeté e espumadeira)

V - O NASCIMENTO DA USINA E A MORTE DO ENGENHO

V - O NASCIMENTO DA USINA E A MORTE DO ENGENHO

Para o colono, a Usina instalada em 1943 - quando foi colocada a pedra inaugural para a sua construção e cuja primeira moagem deu-se na safra de 1946, com a totalidade da cana produzida pelo colono - representa o marco do fim dos engenhos.

No final da década de trinta, o açúcar branco já assumia a preferência entre os consumidores em geral. Nesse período, os donos de engenhos de açúcar grosso enfrentavam a adaptação às novas exigências feitas pela legislação imposta à cultura canavieira no País ⁽¹⁾, principalmente as que diziam respeito aos registros dos engenhos e distribuição das cotas de produção ⁽²⁾, isto é, aquelas que permitiam controlar o que poderia ser produzido. Os engenhos, por sua vez, passariam a ter que registrar a produção e venda do açú-car; sobre estes registros definia-se a cobrança de impostos. Esta prática imposta levou o colono a ter que lutar com a burocracia fiscal, para a qual não estava treinado.

Impossibilitado de realizar a contabilidade, por não saber ler e escrever, sujeitava-se a ter a produção da unidade familiar registrada em nome de algum "vendeiro" da localidade, como se este fosse produtor.

Os "vendeiros" eram comerciantes existentes pelas localidades (Distritos, Comunidades), que abasteciam o colono de querosene, sal, ferramentas e recebiam as safras dos produtos de subsistência e o açúcar grosso. Os

"vendeiros" do Vale do Rio Tijuca eram intermediários desses colonos para os grandes comerciantes de Tijuca. (3)

Entre as localidades e "vendeiros" mais citados pelos entrevistados, destacam-se:

a) Para área do Distrito de São João: Sr. Benjamin Duarte, conhecido como Sr. Nenê, com o qual os colonos mantinham maior número de trocas, bem como o Sr. João Vicente, conhecido por Janga;

b) Em Canelinha, o Sr. Otávio Leal e, no Moura, Joaquim Teodoro, indicado como bom comerciante, por que "comprava e já pagava", além do Francisco Roberto (comércio de salgados) e Domingos Reis;

c) De Nova Trento, comercializavam com Luis Bernardi, Lalau Galotti e Romeu Boiteux, com os quais não mantinham o mesmo ritmo que com os demais.

Estes comerciantes locais levavam em barcos ou em carroças os produtos dos colonos até Tijuca, onde eram entregues ou aos Scherem (comércio de fazendas principalmente) ou aos Galloti (comércio de atacado e embarcações) e/ou aos Bayer.

As atividades dos "vendeiros" compunham-se de receber e de entregar mercadorias para os colonos, transportando-as tanto para o comerciante quanto para as propriedades do colono. Também, como já dissemos, secavam açúcar quando o recebiam ainda molhado.

Se algum colono apresentava pro

blemas com a produção agrícola, impedindo-o de efetuar o pagamento dos artigos que comprava, a dívida era deixada para ser saldada com a próxima safra. Esta dívida implicava uma questão de honra, ficando o colono agradecido pelo favor recebido, o que caracterizava muitas vezes uma relação de patronagem. Essa relação era superposta às relações de compadrio.

Sobre um vendeiro:

*"aquele que sempre deu a mão ao colono e
lhe ajudava"*

*"aquele que nunca deixou de atender um
colono nas necessidades".*

A criação da Usina será o resultado do desenvolvimento dessas relações alcançado pelas famílias Gomes, Duarte e Galloti, "vendeiros" e atacadistas do Vale. Ao final da década de trinta, a seguinte situação está cristalizada. Essas famílias detinham: a) a propriedade de grandes extensões de terra, nas quais se localizavam engenhos, trabalhados por arrendatários; b) o controle do comércio regional. As vantagens anteriores somavam-se às relações de compadrio que as conduziram ao desempenho de papéis administrativos, tais como: chefes de distrito, prefeito, deputados, fiscais da receita federal. Independentemente de cargos administrativos, eram sempre chefes políticos.

As condições para que fosse instalada a Usina estavam dadas, na medida em que a matéria-prima necessária era de domínio dos produtores da região, o mercado

para a lavoura da cana e, conseqüentemente, a comercialização do açúcar branco estava em alta, além de contar com a aquiescência do colono.

A extinção do engenho naquele momento histórico não foi traumática para o colono por duas razões principais:

1) não houve a expropriação imediata da terra dos colonos, pois a Usina foi instalada em terras que já pertenciam a uma das famílias e absorveu toda a produção local da cana⁽⁴⁾;

2) os colonos justificaram ideologicamente a situação, ressaltando as vantagens de não precisarem fazer o trabalho de engenho e, ao mesmo tempo, poderem plantar mais cana, o que resultaria em pagamento em dinheiro.

Dentre as três famílias, coube ao Sr. Benjamin Duarte o contato com os colonos para aquisição das cotas e demonstração das razões e vantagens que teriam com a instalação de uma Usina.

O Sr. Benjamin Duarte, chamado de Sr. Nenê, permanece na memória dos colonos como um homem que:

- "levava a vida de colono, igual a gente"
- "homem sem estudo, mas tinha visão de futuro"
- "quem queria alguma coisa, falava com ele"

- "atendia a gente e emprestava dinheiro".

É a influência desse homem que vai ser decisiva para aquisição dos registros dos engenhos, das cotas de produção de açúcar e garantir o compromisso dos colonos no fornecimento da matéria-prima para a Usina.

Colono I

"o registro dei pra Usina, era amigo do Sr. Nenê, dei pela amizade e fiquei com as cotas da cana"

Colono II

"doei cota pra Usina, 250 ton, em 1953, último ano que produzi, com 480 ton de cana. Tinha dois engenhos dividido com o irmão, cada um produzia 250 barricas (1 barrica igual a 1 ton e meia). Vendia para João Bastos, comerciante de Tijipiô."

Além disto, os colonos assumiram o discurso de justificativas do Sr. Nenê, que argumentava de acordo com depoimento de um colono:

"é melhor já ter o açúcar pronto do que está tendo um desgaste muito grande com engenho. É mais vantagem sô plantar."

Por outro lado, a legalização da instalação da Usina, bem como a aquisição do maquinário devem-se aos contatos que Valério Gomes tinha com os Galloti, famí-

lia de projeção política nacional. (5)

Constitui-se, assim, a Usina
Francisca Galloti, com sede em São João Batista, com a união
do capital comercial e respaldo das relações políticas.

NOTAS DO CAPÍTULO V

- (1) - Política do governo de Getúlio Vargas sobre a regularização da produção do comércio do açúcar. Esta provocou baixa na produção dos engenhos, principalmente, pela alegação de seus donos de não saberem lidar com livros de registros fiscais.
- (2) - Cotas: quantidade estipulada pelo IAA sobre a produção do açúcar no País, determinando assim a cota de fornecimento de cana necessária e/ou permitida aos Engenhos/Usinas.
- (3) - Em Tijucas, as famílias Galloti e Bayer eram os principais comerciantes que recebiam a produção do Vale e promoviam seu escoamento em barcos para outras regiões; por sua vez, eram os distribuidores do querosene, do sal e de outros produtos necessários ao consumo dos habitantes da região.
- (4) - Ver cronologia de aquisição de terras efetuadas pela Usina, na página seguinte.
- (5) - Valério Gomes, natural de Major Gercino, foi criado pela família Galloti em Tijucas, trabalhando também no empreendimento comercial da família. Em 1935, já tinha instalado sua própria loja em Tijucas.

(*) - Informação adquirida em campo

1. "Cronologia da instalação e aquisição de terras da Usina.

Em 1943 - A sociedade é organizada (Benjamin Duarte com Valério Gomes) - Montado o primeiro balcão.

1944 - Fundada a Usina "Dona Chiquinha" - Sociedade Anônima.

1946 - Trabalhada a 1ª safra - com 5 mil e poucos sacos - matéria-prima total do colono.

1950/51 - A Usina liquida dívidas de formação, iniciando a compra de terras.

Primeira aquisição - Fazenda Vitória - Canelinha, tendo como primeiro administrador Bento Aragão.

Segunda aquisição - Adquiriu a Fazenda do Terreno de Darossi, em Nova Descoberta (Tijucas).

Terceira - Terra de Manoel Aragão - Centro do Moura - Canelinha. (Já com áreas maiores).

Quarta - Adquiriu da família Laus, "Teco" em Tijucas, pai de Dr. Lilico, juiz de Direito em Itajaí.

Quinta - Em Papagaios (Tijucas) foram adquirindo áreas maiores e menores.

Sexta - Usina Adelaide - Família Bornhausen - São José - pertencia aos Stein - Gaspar.

Sétima - São Pedro - Gaspar - Família Krauss.

Oitava - U. Pirabeiraba - Município de Antônio Carlos."

Obs.: As usinas de Gaspar e Biguaçu foram compradas e fechadas.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho nos propusemos a estudar como se dá a organização interna das unidades de produção familiares e as possíveis alterações causadas pela mudança da natureza do produto principal de comercialização.

Estávamos então interessados em saber se, ao passarem de unidades familiares produtoras de produto acabado (o açúcar grosso) para fornecedoras de matéria-prima (a cana), essas unidades haviam sofrido modificações significativas, isto é, se sua participação no desenvolvimento do capital industrial local provocou alterações na organização do trabalho familiar, no sentido de quebrar o equilíbrio entre esforço dispendido e satisfação de necessidades.

Para entendermos modificações deste tipo, foi necessário caracterizarmos os dois momentos da trajetória da cumulação do capital comercial e sua transformação em capital industrial no Vale.

O colono, na sua luta de reprodução dentro do espaço do Vale, ao transformar-se em produtor de matéria-prima e dependente da Agroindústria, desenvolve estratégias que lhe possibilitam garantir, pelo menos parcialmente, a reprodução da unidade familiar, enquanto colono. Essas estratégias são formuladas a partir de uma redefinição de suas necessidades.

O requisito fundamental para ser

colono é ter a disponibilidade e garantia de terra. Na época em que era produtor de açúcar havia terra suficiente para instalar seus filhos ou tinha recursos suficientes para arrendar. Agora, a terra, com a subdivisão por herança, encontra-se bastante repartida com preços inacessíveis ao colono e inexistente uma fronteira agrícola. A terra tende a se tornar cada vez mais escassa, na medida da expansão dos canaviais da Usina⁽¹⁾. Este é o primeiro empecilho para a reprodução total da unidade familiar.

A segunda barreira é a sua impossibilidade de, enquanto fornecedor da Usina, acumular recursos para comprar terra, pois além de escassa, não tem poder de competir com a Usina na aquisição da terra.

Frente a essas limitações de expandir ou adquirir terra, redefiniu a sua reprodução e, consequentemente, as suas necessidades. Sendo realista quanto a esses limites, o colono procura garantir, pelo menos, a reprodução de parte da unidade familiar, aceitando como inevitável a saída dos filhos. A estes o colono procura proporcionar, pelo menos, o estudo concebido como um instrumento que vá garantir a possibilidade de conseguir um bom emprego na cidade.

A organização da unidade familiar de produção não muda substancialmente; no entanto, a mudança se dá ao nível das necessidades a serem satisfeitas pelo trabalho familiar que permanece: dar conta de se reproduzir e produzir alternativas.

Estas unidades de produção e consumo, ao terem redefinidas suas necessidades, não mudaram a lógica de sua organização interna de produção; ou seja, estas continuam a produzir para atender suas necessidades básicas através da lavoura "miúda", que lhes permite a reprodução parcial enquanto unidades de produção e consumo.

A pesquisa nos demonstrou que, até o momento, as unidades familiares de produção do Vale, enquanto fornecedores de matéria-prima, não diminuíram a área da lavoura de consumo em benefício da lavoura de comércio. Muitas vezes, em vez de aumentar o espaço para o plantio de cana optam por aumentar o pasto para poder negociar duas ou três cabeças de gado, sempre possíveis de serem consumidas. Isto exemplifica a tentativa constante de manter um nível de autonomia para decidir sobre as estratégias da sua reprodução parcial.

A Agroindústria, que ao nascer provoca a morte do engenho, não impede, portanto, a total reprodução do colono, mas limita a reprodução integral de suas unidades familiares, enquanto tal. Para alguns de seus membros, a cidade, onde se "passa a ser escravo do relógio", é a única opção.

NOTA DO CAPÍTULO VI

(1) - Ver quadro Consumo de Cana da Usina. Cap.I, item 5, Quadro III.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. Cap. III, p. 109-130.
- BOITEUX, Henrique. *Os municípios Tijucas Grande e Porto Bello*. Florianópolis, Livraria Central, 1928.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, IBGE - Imprensa Oficial do Estado, 1939. n. 11.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina*. (reimp.) Florianópolis, Livraria Central, 1932. Artigo Sexto, p. 58-68.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.
- CEPA. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina - 1980/81* - Florianópolis, 1980.
- INSTITUTO de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina - 1983*. Florianópolis, ACARESC, 1983.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organizacion de la unidade economica campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974. caps.I,II e III.
- CUNHA, João. *Município de Tijucas - 1921-1922*. Tijucas, Typ. Brasil, 1921.

- FIBGE - Sinopse preliminar do censo agropecuário. Rio de Janeiro, IX Recenseamento geral do Brasil, 1980. v.2 t.1 n.12
- FIBGE - Informações básicas - municípios Tijucas, Canelinha e São João Batista. Florianópolis, 1980.
- FIBGE - Censo agropecuário Santa Catarina - 1975. vol.I t.19. Rio de Janeiro, 1979.
- FETAESC - Mensagem ao Trabalhador Rural. Florianópolis, ano 5 n.7 nov. 1979.
- . Mensagem ao Trabalhador Rural. Florianópolis, ano 5 n.8 nov. 1979.
- . Mensagem ao Trabalhador Rural. Florianópolis, ano 5 n.9 nov. 1979.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Cap. II p. 93/110.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, Nacional, 1936.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. Caps. V, VI e VII.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . & GARCIA JR. Afranio. Trabalho familiar e campesinato. *América Latina*, (14), n.1-2, Jan./fev. Rio de Janeiro, 1971.
- HOLANDA, Sérgio B. *A época colonial - administração - economia e sociedade*. 3.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1973, L-4, Cap. III p.192-217.

- LOPES, J. S. L. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LAGO, P. F. *Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis, Co-pertide, 1971.
- MATOS, J. A. de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos. (1640-1910)*. Florianópolis, GAB. Typ. D'O Dia - 1917 (p.4-34) (35-6).
- MEYER, D. R. de. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- NEVES, D. P. *Lavradores e pequenos produtores de cana-de-açúcar: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- O DOCE Vale da morte. *Afinal*, Florianópolis, maio 1980, p. 12-13.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1972, (p.269-97) (p.341-80).
- PLAZA, Orlando. (org.) *Economia camponesa*. Lima, Lumar/DESCO, 1979, Caps. 3/4.
- PIAZZA, W. F. *Modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã. (Separata do III Colóquio de estudos Teuto-brasileiros)*. Porto Alegre, EUFRGS, 1980.
- SZMRECSANYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira. 1930/75*. São Paulo, Húcitec, 1979.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Movimento, 1974.

SIGAUD, Lília. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.* São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SANTOS, José Vicente T. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.* São Paulo, Hucitec, 1978.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.* 2.ed. São Paulo, Nacional, 1977. Cap. 3-6.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

ANEXOS

1. Roteiro de entrevistas às famílias
2. Roteiro da entrevista com a USATI
3. Certificado de pesagem da cana

ANEXO I

Roteiro de entrevista (junto às unidades familiares)

1. Unidade familiar básica - origem
 - idade
2. Composição - número de filhos
 - idade
 - ocupação
 - escolaridade
3. Plantio - para o gasto
 - para o comércio
 - área plantada
 - instrumento de trabalho
 - força de trabalho
4. Acesso à terra - propriedade
 - aquisição (por compra - por herança)
 - arrendamento
5. Uso do crédito - tempo
 - formas de pagamento
6. Emprego da renda auferida
7. Comercialização - destino da produção
8. Organização da lavoura - ano agrícola
9. Saída dos filhos para a cidade
10. A época do engenho - a organização da produção e comercialização

11. Processo de trabalho no engenho.

12. Possibilidades de continuar a ser "colono".

ANEXO II

Roteiro de entrevista à Diretoria da EMPRESA USATI

1. Fundação - (data) Usina de Açúcar Tijucas
 - sócios fundadores (origem).
 - qual a contribuição de cada sócio e qual a ocupação?
 - houve participação de usineiros de outras áreas do país? Caso positivo, que tipo de participação e/ou contribuição?
 - qual a participação dos colonos da área, e/ou que tipo de contribuição tiveram na formação da Usina?
2. Aquisição da maquinaria - (origem).
3. Plantio próprio - área e data de início.
4. Produção da Usina desde a data de fundação (anual).
5. Dificuldades sentidas ou enfrentadas pela empresa quando da implantação.
6. Qual a quantidade de cana moída na Usina:
 - a) do fornecedor?
 - b) de plantio próprio?
7. Cotas
 - a) inicial de produção de açúcar (anos seguintes).
 - b) produção de cana.
 - c) produção de açúcar.
 - d) como se adquire o direito a cotas de plantio de cana?

- e) o que é necessário para se ter aumento de cotas de plantio e produção de açúcar?
8. Que política possui o I.A.A. para o incentivo da produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina?
 9. Perspectivas de produção do álcool no Estado pela USATI.
 10. Projetos futuros da empresa no que diz respeito à cana-de-açúcar.
 11. Qual o tipo considerado melhor fornecedor de cana para USATI?
 12. O que é necessário para ser fornecedor de cana-de-açúcar?
 13. Quais os requisitos que a Usina faz para o colono fornecer cana?
 14. Existe interesse que o fornecedor plante mais cana? De que forma a Usina incentiva o seu fornecedor?
 15. Qual a matéria-prima da Refinadora (origem e quantidade)?
 16. Mercado do produto (nacional e internacional).

USATI S/A.

- o que engloba esta empresa?
- o que produz (setores abrangentes)?
- organograma da empresa
- distribuição da área de plantio.

Plantio da cana-de-açúcar

- área (condições de plantio) (manutenção) (colheita)
- número de empregados na cana.

- categorias de empregados.
- período de uso de maior número de empregados.
- maquinaria utilizada na lavoura canavieira (tipo, estradas, fábrica).
- processo de plantio da cana-de-açúcar.
 - a) época de plantio, colheita, produção por ha.
 - b) problemas com a lavoura canavieira no Vale do Rio Tiju-
cas.
 - c) produção da ton./cana/açúcar.

Financiamento - (incentivos).

- Bancos/I.A.A.

Exportação - Início

- destino
- quantidade

PESAGEM AUTOMÁTICA
 ESTA NOTA COMPLEMENTA PARA EFEITOS FISCAIS A NOTA FISCAL DE ENTRADA "para fins de Transporte" n.º SÉRIE "E-2"
 NOTA FISCAL DE ENTRADA 106 726 SÉRIE "E-3"
 Nº 127477
 BALANÇA "B"

CERTIFICADO DE PESAGEM DE CANA
 SAFRA 75 / 76
 1ª VIA FURNHECEDOR

EMITENTE
USATI S. A. USINAS DE AÇUCAR ADELAIDE E TIJUCAS Usina TIJUCAS
 Inscrição Estadual 163.001.00086-9 - Inscr. IAA 27.0025 - CGC 86.151.586/0001-00 - Mun. São João Batista - Est. S. C.

FURNHECEDOR
 Nome Ari Placido Vargas Codigo 01-194-7
 Fundo Agrícola Colônia S. J. Batista Municipio S. J. Batista
 Registro no IAA Inscr. Estadual 4

TRANSPORTADOR
 Nome Maurício F. Vargas Código 13-184-3 Veículo Placa 9.50

DESCONTOS
 Amarrilhos ou atilhos (1%)
 Palmitos ou pontas (1%)
 Palhas e raízes (1%)
 Carregamento mecânico (2%)
 Total (máximo admissível 5%)
 Entrega após 48 horas do corte
 Assinarte nos quadrinhos-o percentual-descontado.

CLASSIFICAÇÃO
 Intralimite Extralimite Alcool

PESAGEM
 Peso Bruto 14.600 Kg.
 Tara 1.700 Kg.
 Líquido 9.900 Kg.
 Desconto 1%
 Total Líquido 9.800 Kg.

Os valores da presente nota serão apurados quinzenalmente em conta individual deste fornecedor, na forma aprovada pelo IAA, por computador.

Sobre esta nota foi retido a taxa de 2,5% de PROPIETÁRIO, na forma do item 1 do Artigo 15 de Lei Complementar n.º 11 de 25/03/71.

Data 30/07/76
 Assinatura do Recebedor [Assinatura]
 O ICM sobre esta Nota será recolhido por esta Usina, na forma da legislação vigente.